



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 133, TERÇA-FEIRA, 8 DE AGOSTO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 95ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 7 DE AGOSTO DE 2023

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajet), no termos do Requerimento nº 751/2022, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores. 7

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro 7

1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Eduardo Gomes) 7

1.2.3 – Realização de 1 minuto de silêncio em razão do falecimento do Sr. Hécio Estrella ... 8

1.2.4 – Oradores

Sr. Evandro Novak, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajet) 9

Sr. Cláudio Magnavita, Ex-Presidente e representante dos fundadores da Abrajet 10

Sr. Luiz Pires, Presidente da Seccional no Estado do Tocantins e Diretor Administrativo da Abrajet 12

1.3 – ENCERRAMENTO 14

2 – ATA DA 96ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE AGOSTO DE 2023

2.1 – ABERTURA 16

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

2.2.1 – Oradores

Senador Paulo Paim – Prestação de contas a respeito do modo como S. Exa. realiza a distribuição dos recursos de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, independente de posições políticas e ideológicas e de acordo com o sistema de rodízio entre os municípios mais pobres e comunidades quilombolas. 16



Senador Eduardo Girão – Afirmação de que a fala do Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, sobre o consórcio Sul-Sudeste, em entrevista ao jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , foi tirada de contexto. Elogios ao trabalho do Governador mineiro. Críticas à gestão do Consórcio Nordeste.	20
Senador Mecias de Jesus – Registro do anúncio, pelo Presidente Lula, do início das obras do Linhão de Tucuruí. Considerações sobre a importância desta obra para o Estado de Roraima.	24
Senador Eduardo Gomes – Apoio ao Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, por supostamente ter sido vítima de fake news. Exposição sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos pela CCDD. Destaque para a necessidade de proteção dos dados e informações, bem como de regulamentação desta área. Apelo para a instalação da comissão especial para análise do Projeto de Lei nº 2338/2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que regulamenta o uso de Inteligência Artificial. Elogios à Universidade da Maturidade, criada em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, que foi indicada ao prêmio Darcy Ribeiro de educação.	26
2.2.2 – Convocação de Sessão	
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 8 de agosto, às 14 horas.	30
2.3 – ENCERRAMENTO	30

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 385/2023, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 1372/2022, sancionado e transformado na Lei nº 14643/2023.	32
Nº 386/2023, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 2201/2022, sancionado e transformado na Lei nº 14644/2023.	33
Nº 388/2023, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 2209/2021, sancionado e transformado na Lei nº 14646/2023.	34

3.1.2 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 61/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 4713/2020	37
Nº 62/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1701/2021	45
Nº 63/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 628/2022	52
Nº 64/2023-CDH, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95/2021	58
Nº 65/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 375/2023	65
Nº 66/2023-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 1836/2022	72

3.1.3 – Projeto de Decreto Legislativo



Nº 213/2023, do Senador Jorge Seif, que *susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.*

81

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 3756/2023, da Senadora Teresa Leitão, que *institui a Bolsa Permanência no âmbito da Educação Básica Pública, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola.*

87

Nº 3757/2023, da Senadora Teresa Leitão, que *altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.*

92

3.1.5 – Requerimentos

Nº 690/2023, da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de realização de sessão de debates temáticos, destinada a debater o tema da descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal.

98

Nº 691/2023, do Senador Rogério Carvalho e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos, em 17 de agosto, destinada a debater a retomada da indústria no Brasil.

101

3.1.6 – Término de Prazo

Término do prazo, em 4 de agosto, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 6572/2019 continue a sua tramitação.

106

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	107
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	110
6 – LIDERANÇAS	111
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	113
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	117
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	119
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	152



Ata da 95ª Sessão, Especial,
em 7 de agosto de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e encerra-se às 10 horas e 43 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 751, de 2022, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal sob a Presidência do Senador Rodrigo Pacheco.

A sessão é destinada a comemorar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajet).

Convidados que compõem a mesa desta sessão: Sr. Evandro Novak, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajet); Sr. Claudio Magnavita, ex-Presidente e representante dos fundadores da Abrajet; e o Sr. Luiz Pires, Presidente da Seccional do Estado do Tocantins e Diretor Administrativo da Abrajet, presente à mesa, na pessoa de quem cumprimento todos os participantes, em especial os participantes do meu querido Estado do Tocantins. Vejo aqui a Mara Rita, minha amiga, e tantos outros amigos: Maju Cotrim, do Gazeta do Cerrado, e uma série de amigos que vieram prestigiar esta sessão.

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar - Presidente.) – Neste momento agradecemos ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, e a toda a Mesa Diretora por proporcionarmos esta sessão de 65 anos da Abrajet.

Quero cumprimentar os nossos visitantes da galeria que conhecem hoje aqui o Plenário do Senado Federal. São muito bem-vindos.

Quero cumprimentar também o recém-empossado Ministro de Estado do Turismo, Deputado Celso Sabino, e desejar êxito na sua gestão.

E passamos agora a um momento de homenagem.

Lamentamos, neste momento, a morte nesse domingo, 6 de agosto, do jornalista Helcio Estrella, autor do livro *Abrajet, uma herança do jornalismo*.

Natural de Niterói, Rio de Janeiro, Helcio tem, em seu vasto currículo, participações em importantes mídias como *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Banco Hoje*, entre outras. No setor público, foi redator do Serviço de Imprensa do Governo do Estado de São Paulo e Coordenador de Comunicação da Caixa Econômica paulista.

Em 1979, adquiriu e foi editor por 30 anos da *Aviação em Revista*, publicação lançada em 1938. Nesse período, criou e dirigiu o Guia Aeroespacial Brasileiro, que, a seu tempo, foi um reflexo desse segmento da economia brasileira. Lançou também os guias de Aeroclubes, de Aviação Desportiva, de Aviação Agrícola, do Táxi Aéreo, do Ensino Aeronáutico, da Carga Aérea e o Guia do Helicóptero.

Helcio Estrella fez mais de 30 viagens ao exterior a trabalho e morou por alguns períodos na Alemanha e na Inglaterra. Aposentado, hoje com 85 anos, publicou os livros *Sabaúna*, *Aspectos de sua História* e *Abrajet, uma herança do jornalismo*, sobre os 60 anos da Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo, da qual foi Presidente Nacional por quatro anos.

A segunda edição do livro *Abrajet, uma herança do jornalismo*, com prefácio do jornalista Luiz Pires, será lançada oficialmente durante esta sessão solene do Senado Federal em homenagem aos 65, hoje 66 anos, de criação da Abrajet Nacional.

Pedimos nesse momento, em posição de respeito, um minuto de silêncio em memória do jornalista



Helcio Estrella.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste momento, também estendemos essa homenagem aos seus amigos, parentes, companheiros de profissão – nosso registro e nosso respeito.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que acompanham esta sessão, brasileiros e brasileiras que acompanham esta sessão pelo sistema de comunicação da Casa, estamos aqui reunidos para celebrar 65 anos da fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, a nossa estimada Abrajat.

Estamos hoje aqui reunidos para celebrar os 65 anos de fundação da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo, a nossa estimada Abrajat. Trata-se de uma das mais antigas e prestigiadas entidades brasileiras a congregar o jornalismo e a economia turística em torno de um objeto comum: desenvolver o turismo brasileiro.

Criada em janeiro de 1957, durante o Governo do nosso saudoso Juscelino Kubitschek, a Abrajat surge a partir da iniciativa de jornalistas e escritores que desejavam posicionar o turismo como atividade econômica essencial para o Brasil. Sediada no Rio de Janeiro, irradiou sua crescente representatividade por todo o país.

Nos dias correntes, faz-se atuante em 17 estados, dos quais 15 com seccionais e 2 com comitê instalado. Mais especificamente, são profissionais com atuação em jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, além de blogues, redes sociais e assessorias de imprensa.

Contando com quase 400 profissionais associados, presta-se sobretudo a divulgar e fortalecer o turismo brasileiro em todas as suas modalidades, incluindo o turismo de aventura, o gastronômico, o rural, o empresarial, o cultural e o ecológico.

Sem dúvida, a Abrajat se dispõe a dinamizar a indústria do turismo como uma das alavancas mais produtivas da economia nacional. Vale sublinhar que, atualmente, o turismo emprega 7 milhões de pessoas e responde por mais de 8% do nosso Produto Interno Bruto.

Aliás, segundo dados constantes na segunda edição do Anuário Estatístico de Turismo 2020, divulgado pelo Ministério do Turismo, o Brasil recebeu em 2019 a visita de cerca de 7 milhões de turistas internacionais. Desse total, mais da metade veio dos países vizinhos, confirmando a força do turismo regional para o desenvolvimento do setor. Assim, a Abrajat vem se projetando como uma entidade bastante atuante não apenas no Brasil, mas também no exterior.

Em ocasiões recentes, fez-se presente em Punta Cana, na República Dominicana, onde participou do Fórum Ibero-Americano de Jornalistas de Turismo. Naquela oportunidade, nossos jornalistas aproveitaram a reunião para trocar experiências com líderes do jornalismo turístico ibero-americano da Espanha, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia, Panamá, Equador, México, Argentina e República Dominicana.

Não é à toa que o Fórum Ibero-Americano de Jornalistas de Turismo tem como missão estimular a integração e a articulação dos jornalistas e comunicadores do turismo na Ibero-América, mediante intenso intercâmbio entre as associações nacionais. Com isso, emprega seus esforços no trabalho de reconhecimento dessa especialidade jornalística, impulsionando a divulgação e a promoção do desenvolvimento do turismo sustentável dos países representados.

Para concluir, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, convidados, amigos, cumpre reiterar quão representativa tem sido a Abrajat para o setor do turismo no Brasil. Afinal, são 65 anos dedicados à divulgação e ao crescimento turístico no País, contribuindo para a consolidação de uma estrutura à altura das exigências que os visitantes nacionais e internacionais impõem às cidades brasileiras.

Citando, finalmente, o nosso querido Estado do Tocantins, assim como todos os estados brasileiros,



mas, especialmente, Ilha do Bananal, Rio Araguaia, Rio Tocantins, Serras Gerais, Jalapão, pontos importantes do novo turismo brasileiro, eu encerro a minha fala, agradecendo esta oportunidade, ávido aqui para ouvir os nossos convidados na consolidação da importância da Abrajat nesses 65 anos.

Antes, porém, trago à lembrança, também com muito carinho, um membro do Congresso Nacional que já não está mais entre nós, mas que, durante muito tempo, era a nossa referência nas informações da Abrajat no Congresso Nacional, que é o nosso saudoso Deputado Federal Júnior Coimbra, jornalista e membro também da Abrajat. Agradecendo aqui a memória do Júnior, quis o destino que eu estivesse aqui para lembrá-lo pelo entusiasmo com a Abrajat.

Muito obrigado a todos.

Vamos passar a sessão aos nossos convidados agora também.

Muito obrigado.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Evandro Novak, Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (Abrajat).

Se quiser, pode falar da tribuna também.

O SR. EVANDRO NOVAK (Para discursar.) – Senador Eduardo Gomes; Claudio Magnavita, ex-Presidente da Abrajat Nacional, neste ato representando todos os fundadores, pois sua família está entre os fundadores; Luiz Pires, Presidente da Abrajat Tocantins, que muito trabalhou para que este momento estivesse acontecendo; cumprimento neste ato os ex-Presidentes da Abrajat Nacional que aqui se fazem presentes – Ricardo Guerra, de Pernambuco; Miriam Petrone, do Estado de São Paulo; Belmiro Gregório, do Estado de Tocantins – e os demais jornalistas presentes, colegas, porque são vocês, jornalistas, que fazem com que a nossa história seja contada através de fotos, por detrás das lentes, através da palavra, na radiodifusão, e na escrita. Assim se forjaram os 65 anos, Senador.

A sua homenagem à nossa entidade nos enche muito de orgulho e faz com que nós pensemos que estamos trabalhando em prol do desenvolvimento do turismo, essa indústria em que, a cada quatros empregos criados no mundo, um é destinado ao turismo. Isso mostra o quanto o nosso trabalho é importante para o desenvolvimento do Brasil e principalmente para mostrar e divulgar o potencial turístico que nós temos, independentemente de onde estamos, mas, sim, de aonde nós podemos ir. E isso se transcreve através de informações positivas, porque quem fala de turismo fala de coisas boas; quem fala de turismo fala com entusiasmo; quem fala de turismo fala com o coração.

Hoje, neste momento, onde as pessoas querem sair, nós temos o papel fundamental de mostrar destinos – e isso o nosso jornalista faz muito bem. Por que a Abrajat se manteve todos esses anos? Porque ela é feita por pessoas, e, quando se tem este material humano que é a pessoa, as coisas acontecem. E isso fez com que nós chegássemos aqui hoje.

Agradeço, Senador, a sua gentileza, que muito nos honra. E, com certeza, o Brasil, os jornalistas especializados em turismo, os associados da nossa entidade estão neste momento o aplaudindo de pé. É uma pena que o nosso grande Helcio Estrella não se pode fazer presente, mas é através do trabalho dele que se fica – e através da escrita se torna posteridade. Isso está registrado no livro. Ele não está conosco fisicamente, mas a sua história, o seu trabalho está aqui para ser entregue à sua pessoa logo em seguida. Isso mostra que a gente, cada vez mais, se fortalece.

E, falando em fortalecimento, hoje muito nos honra – nesta Casa, estará sendo, após a sessão, criada – a Abrajat de Brasília, uma seccional a mais. (*Palmas.*)

Esse trabalho foi liderado pelo Luiz Solano. Há dois anos nós estávamos em conversa, também com o apoio do Nilton Guedes do Estado do Pará, que trabalha no desenvolvimento e na criação de novas ABRAJETs. Foi feito esse trabalho brilhante que hoje se torna uma realidade.

Então, a Abrajat com mais uma seccional, nós poderemos cada vez mais divulgar e fazer com que nós



sejamos realmente, de fato, uma entidade representativa. E a Abrajat muito bem representada, Senador, pois ocupamos uma cadeira no Ministério do Turismo, o qual muito nos honra, pois está trabalhando, defendendo o turismo e a classe nossa de jornalista. É importante essa cadeira para que sejamos vistos e também possamos lá ter a voz, falar o que realmente representa esse setor tão importante para o Brasil, que é o turismo.

Muito obrigado. Eu aproveito este momento para fazer a entrega do troféu de 65 anos ao nosso Senador.

(Procede-se à entrega do troféu de 65 anos da Abrajat ao Senador Eduardo Gomes.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Seu registro nos honra muito.

Meus cumprimentos ao Embaixador da Jordânia, Sr. Maen Masadeh; à Embaixadora da Síria, Sra. Rania Al Haj Ali; aos membros do corpo diplomático das Embaixadas da Finlândia e do Sri Lanka; ao Deputado Distrital Rogério Morro da Cruz, que está presente – seja bem-vindo –; também ao Luciano de Lima, membro da Abrajat aqui do Distrito Federal, que está sendo agora criada, servidor do quadro do gabinete do nosso querido Senador Izalci Lucas, grande amigo aqui do Distrito Federal.

Concedo a palavra neste momento ao Sr. Cláudio Magnavita, ex-Presidente e representante dos fundadores da Abrajat.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. CLÁUDIO MAGNAVITA (Para discursar.) – Senador Eduardo Gomes, eu gostaria de saudá-lo pela iniciativa e também agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco pela decisão de aprovar o seu requerimento, Senador, e possibilitar ao Brasil viver este momento especial de valorização de um segmento que é extremamente importante para o nosso turismo, para a nossa economia, que é o jornalismo especializado.

Quero saudar o Evandro Novak, o nosso Presidente, que fez um trabalho excepcional, trouxe a Abrajat não só mais unida, mas também mais fortalecida, tanto que hoje, aproveitando sempre que foi uma referência da nossa organização o Estado do Tocantins, a Abrajat do Tocantins, aqui representada pelo Luiz Pires, tem a honra de ter essa sessão solene.

Inicialmente, quero falar da tristeza e da surpresa da perda de um abrajeteano ícone do turismo e do jornalismo de aviação, o Helcio Estrella, que faleceu ontem de morte súbita, nos deixando e deixando para a gente um legado.

Era para estar aqui presente, como ex-Presidente nacional e como autor do livro, mas eu acho que espiritualmente, para aqueles que acreditam em Deus, no outro plano, o Helcio – como disse o Rodrigo, o filho dele – está presente de forma imaterial aqui.

Saúdo os nossos ex-Presidentes, porque a Abrajat é feita por pessoas que tiveram a dação de estar à frente dessa entidade. Aqui no Plenário, a única mulher na história da Abrajat a presidir a nossa entidade, a Miriam Petrone. *(Palmas.)*

Saúdo o Ricardo Guerra, que fez um trabalho, como Presidente nacional, também de reconstrução. Foi um ciclo que o Ricardo pegou e fortaleceu muito. O Ricardo tem sido o nosso interlocutor também no Conselho Nacional de Turismo. Tive a honra de tê-lo como meu Vice-Presidente. E, de forma especial, o Belmiro Gregório, que o senhor conhece bem, Senador, que representa o Tocantins. O Tocantins esteve no comando da nossa Abrajat Nacional e o Belmiro representa esse espírito de união, de fraternidade. Foi extremamente importante a passagem do Belmiro Gregório.

Eu gostaria de falar, aproveitando não só essa plateia seleta, mas principalmente a honra de estar usando esta tribuna numa Casa que teve na Presidência alguns nobres jornalistas – como Luiz Viana



Filho, o Senador Luiz Viana; o próprio Antonio Carlos Magalhães começou como jornalista – para falar do papel que o jornalismo tem, não apenas como o lado lúdico do turismo, o lado lúdico da atividade turística, de falar de destinos, mas falar da atividade econômica e falar dos problemas do turismo, colocar o dedo na ferida. Isso é extremamente importante, isso fortalece a Abrajat sendo membro do Conselho Nacional de Turismo. Aliás, eu tive a honra de fazer esse trabalho, de conquistar essa cadeira para a nossa entidade do Conselho Nacional de Turismo, conselho esse que sofre agora uma reformulação, que é o grande parlamento do turismo.

Mas falar de momentos delicados que nós vivemos no setor do turismo, aproveitando a audiência, aqueles que estão nos assistindo através das redes sociais, da TV Senado, Senador, que é a nossa preocupação com alguns revezes que o nosso setor tem sentido, principalmente no que diz respeito à questão dos vistos, que foi uma conquista, o senhor que é do PL, uma conquista do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que, entendendo a necessidade do visto para facilitar a vinda de turistas americanos, turistas da Austrália, do Japão e do Canadá, possibilitou a isenção do visto. E nós estamos assistindo agora à revogação desse decreto no momento em que o turismo americano representa uma grande... é o segundo emissor de turistas para o nosso país. E eles agora vão entrar na burocracia, a “burocracia” do Itamaraty, para poder saciar a necessidade da coleta da taxa do pagamento do visto. Essa que é a grande ganância que está por trás dessa isenção, dessa conquista que nós perdemos.

Também, Senador, falar da estrutura do Ministério do Turismo hoje. O Junior Coimbra não foi apenas um abrajeteano histórico, mas também foi Secretário Nacional do MTur. E o Junior Coimbra viveu o MTur diferente. O MTur hoje é uma filigrana do que foi no passado: menor orçamento da história do setor. Agora em setembro nós vamos ter o congresso da Abav e vai ser a primeira vez que o Ministério do Turismo não participará do congresso das agências de viagens por falta de verba. Toda a estrutura do Ministério do Turismo foi levada para a Cultura. Hoje qualquer processo, qualquer pagamento é feito pela Cultura. Nós não podemos falar em turismo sério num momento que você tem uma composição política... que se retira uma Deputada como Daniela Carneiro, que fez um trabalho belíssimo nesses seis meses, e nós assistimos o Celso Sabino tomar posse e não citar a sua antecessora, uma mulher. E eu acho que é muito... E no caso da mídia aqui presente: nós temos que valorizar a presença feminina, o jornalismo hoje tem uma presença feminina. A Abrajat não pode ser o clube de bolinha e no turismo nós temos que estar muito atentos para o que está ocorrendo no cenário político nacional.

Chegando ao final, eu gostaria de falar também da questão das passagens aéreas. É uma outra pauta que nós temos que abraçar. Nunca não se custou tão caro viajar no Brasil. Como é que vamos fazer turismo, falar de turismo se você paga ida e volta do Rio de Janeiro para cá o equivalente a uma passagem para Miami ou uma passagem para a Europa. Esse momento é um momento delicado, que precisa que o nosso Parlamento – e de forma especial o nosso Senado, como Câmara Alta – se debruce sobre esses temas e traga o questionamento do orçamento do ministério, a questão dos vistos, a questão do preço das passagens aéreas, a forma como encolheu o ministério do turismo...

Eu gostaria de finalizar falando dos fundadores – já que eu represento aqui – e falando de uma pessoa que foi fundamental na Abrajat, que foi meu tio Araújo Castro, Clorivaldo de Araújo Castro, um barranqueiro do São Francisco, nascido em Santa Maria da Vitória, que foi para o Rio de Janeiro – saiu da Bahia para o Rio de Janeiro –, trabalhou num jornal, trabalhou na Rádio Nacional e lançou o *Jornal de Turismo*, em 1965. Por que *Jornal de Turismo*? Porque não tinha turismo. Era “de turismo”, e não “do turismo” porque o turismo não tinha nem a Embratur, estava em processo embrionário.

Esses jornalistas, como o Dirceu Ezequiel e outros presidentes que nós tivemos na história da nossa Abrajat, Paulo Mattos e nomes que ajudaram a construir a nossa entidade, precisam ser reverenciados. A melhor forma que nós temos de homenagear esses fundadores e, inclusive, o Helcio Estrella, que não



está mais entre a gente, é exatamente estabelecer o fortalecimento da entidade. Solenidades como esta, o fortalecimento político, a nossa atuação nos conselhos estaduais de turismo, a nossa atuação no Conselho Nacional Turismo não apenas... E aqui serve de alento: uma nova Abrajat está sendo recriada, que é a Abrajat do Distrito Federal, do arquivo do José Osório Naves, que é um grande jornalista e foi, durante dez anos, presidente da entidade aqui e atua na CNTur. (*Palmas.*)

O Naves é uma pessoa que pode ajudar a nova entidade a entender a importância histórica que vocês passam a ter.

Quero agradecer também, para finalizar, o querido Estado do Tocantins. Eu, como Presidente Nacional, tive a oportunidade de realizar uma reunião do conselho nacional lá. Os abrajeteanos de Tocantins são um exemplo para a nossa entidade. Eles sempre foram aguerridos. Ali... O senhor conhece a política local e o senhor sabe que lá não é fácil – a Mara Rita, as pessoas que aqui atuam na nossa Abrajat são extremamente atuantes –, mas serve como exemplo.

Eu estou muito honrado em representar os fundadores. E aqui eu presto uma próxima homenagem final ao meu pai, Waldir de Araújo Castro, que aos 96 anos deve estar nos assistindo, um “abrajetiano” que, junto com minha mãe, sempre participou de todos os eventos da Abrajat e que mostra e que me ensinou que associação de classe é feita para unir, associação de classe é feita para defender ideais, associação de classe é feita para termos bandeiras comuns, deixarmos as vaidades, o orgulho de lado e, sobretudo, pensar na missão, a missão que a Abrajat tem há seis décadas – seis décadas, uma entidade do setor do turismo que defende a nossa atividade e a nossa bandeira.

Esta sessão simboliza o coroamento da gestão do Evandro, com o apoio do Luiz Pires, e demonstra o quanto nós estamos certos em perpetuar uma entidade e abraçar as bandeiras.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Neste momento, agradecendo as palavras do Sr. Cláudio Magnavita, a quem cumprimento pelo feliz pronunciamento, adiciono aí como contribuição também ao pronunciamento os registros do nosso ex-Presidente e jornalista Edison Lobão, que presidiu esta Casa, e o mais ilustre de todos os Presidentes, que está aqui, Ruy Barbosa, também jornalista.

Quero, neste momento, passar a palavra ao meu amigo, amigo da primeira poeira lá do Tocantins, amigo do nosso saudoso já Senador, Governador, criador do Estado do Tocantins, fundador de Palmas, Siqueira Campos, que nos deixou recentemente, grande amigo seu também, passo a palavra, com muita honra aí, ao nosso querido amigo Luiz Pires, Presidente da seccional do Estado do Tocantins, Diretor Administrativo da Abrajat. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ PIRES (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Gomes, Sr. Evandro Novak, Presidente da Abrajat Nacional, Cláudio Magnavita, ex-Presidente da Abrajat Nacional e representando os fundadores da entidade, quero registrar aqui, Senador, que nós temos nove estados representados aqui.

Não podia deixar de citar o meu irmão, ex-Presidente Ricardo Guerra, de Pernambuco, grande figura que trabalha sempre pela União da Abrajat; o meu amigo e irmão também, Belmiro Gregório, ex-Presidente da nacional, que é lá do Tocantins; a Miriam, ex-Presidente também; e cito aqui agora, com muita emoção e orgulho, o Wílon Wander Lopes, que é o Presidente da seccional da Abrajat no Distrito Federal. Eu tive a honra de participar da reunião de fundação, que hoje oficialmente se fará aqui, logo após esta sessão, e vi o entusiasmo da turma. O pessoal está chegando com fogo nos olhos aí para fazer um trabalho muito bom pelo turismo do Distrito Federal.

Quero registrar, aliás, aqui o Presidente do Maranhão, irmão também, o Ximenes, que veio lá do Espírito Santo, está reativando lá, grande companheiro. O Espírito Santo sempre foi uma grande seccional.



Mas eu quero aproveitar bem rapidamente este momento para registrar aqui o quanto o Senador Eduardo Gomes, que recebeu agora o troféu de amigo da Abrajat, e tem sido amigo da Abrajat durante muitos e muitos anos, sem ninguém saber o tanto que ele nos ajuda – porque ele não divulga, e a gente também não tem divulgado – e o tanto que ele é também importante para o turismo no Brasil.

Eduardo Gomes foi um dos que trabalharam para aprovar, durante a pandemia, aquela lei que facilitava os financiamentos para os hotéis, para os centros de eventos, para os artistas, para os operadores do turismo poderem passar por aquela tragédia que aconteceu conosco – são os créditos para os produtores de eventos. Ele foi Relator da Lei Paulo Gustavo, que, quando foi para continuar por mais três anos, foi vetada, e ele, como Líder do Governo, foi um dos principais articuladores para a derrubada do veto, conversando, é claro, com o Presidente da República. Só neste ano, serão 41 bilhões a serem aplicados pela Lei Paulo Gustavo. Também pela Lei Aldir Blanc ele trabalhou demais.

Em nível federal, quando Deputado Federal, aprovou a Lei José Gomes Sobrinho, que é o nome do pai dele, grande poeta, para que, nas escolas, tenha ensino de arte, de artesanato, artes em todos os sentidos, porque a cultura, além de fortalecer o espírito, também faz parte do turismo. Essa é uma lei fantástica.

E, para o Tocantins, só nessa gestão como Senador – nem busquei para trás, como Deputado Federal –, ele já conseguiu levar 45 milhões para a maioria dos municípios do estado. Eu vou destacar aqui, por exemplo, o Centro de Convenções de Araguaína, a segunda maior cidade do estado; o apoio ao projeto Beira Lago com o centro de canoagem, também em Araguaína; o Centro de Eventos lá no Jalapão, em Mateiros – o Jalapão não tinha uma estrutura para poder fazer eventos, receber os turistas com mais dignidade, e tem agora, graças ao Senador Eduardo Gomes –; o Centro de Atividades Turísticas, juntamente com o Centro Gastronômico para fortalecer a economia local de Taquaruçu, distrito de Palmas, a capital; o Centro de Eventos de Marianópolis, na região do Araguaia; a revitalização da pista de caminhada no entorno do Parque Cesamar, em Palmas, o maior parque urbano de Palmas; a revitalização da Casa Suçupara, primeira sede do Município de Palmas, que é a Casa da Cultura; o Parque Júnior Coimbra, em Sítio Novo, lá no Bico do Papagaio – quer dizer, ele procura atender todas as regiões –; o Portal dos Azuis, um dos destinos mais conhecidos do Tocantins também; recursos para a construção e reforma de orlas e parques agropecuários em vários municípios; apoio à temporada de praia no Rio Tocantins; apoio ao Miracaxi, em Miracema, uma das maiores festas fora de época que tem no estado, talvez a maior; apoio à infraestrutura e a eventos também, inclusive, permitindo que haja bons *shows* para a comunidade.

E quero registrar aqui também que ele está nos apoiando para que possamos levar para Palmas, com o apoio dos senhores, o 39º Congresso Nacional da Abrajat, no ano que vem, com possível extensão ao Jalapão, que todo mundo quer conhecer. (*Palmas.*)

Então, Senador, mais uma vez, só quero agradecer esse empenho que o senhor tem pelo turismo, apoiando os jornalistas de turismo e, sobretudo, apoiando o turismo como um todo em todo o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço ao Luiz Pires. Foi boa a lembrança, como fizemos aqui, do nosso Deputado Júnior Coimbra.

Está presente também nesta sessão o Deputado Estadual Jair Farias, lá do Município de Sítio Novo, que também é um grande amigo do saudoso Júnior Coimbra.

Para se ter uma ideia, em 14 de outubro, será inaugurada a primeira etapa do Parque Aquático Júnior Coimbra no Bico do Papagaio, mas, mesmo assim, o maior parque aquático do Estado do Tocantins, um dos maiores da Região Norte – quis o destino que fosse essa grande coincidência, não é? –, um indutor de turismo daquele jornalista ligado ao turismo, que vai ser lembrado, para sempre, lá, para as novas



gerações. Então, foi uma boa lembrança, gente, agradeço por isso. Eu tinha me esquecido de falar, embora seja o autor do recurso, mas, quando vi ali o Deputado Jair Farias, lembrei que é justa essa lembrança entre nós, aqui.

Quero cumprimentar também, já agora no fim da sessão, como registro, o Embaixador de Omã, Sr. Talal Al-Rahbi; o membro do corpo diplomático da Embaixada da Angola, também presente; a Presidente da Seccional da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo de São Paulo, a Sra. Miriam Petrone; e a Presidente também da Seccional da Associação Brasileira de Jornalismo de Turismo do Maranhão, a Sra. Léa Zacheu. Portanto, há a presença da mulher aí nas direções seccionais da Abrajjet.

Quero dizer que, como ponto principal, sempre que presido alguma sessão de homenagem setorial, registro um pouco do que é o nosso dia a dia, a nossa vida hoje. Dadas as novas plataformas, as novas tecnologias, nós tivemos uma sessão muito prestigiada, acompanhada também pelo e-Cidadania, que é o canal do Senado, e as coisas... Agora, já presidindo aqui a Comissão Permanente de Comunicação e Direito Digital do Senado, posso dizer a todos os membros da Abrajjet, a todos os simpatizantes, a todas as pessoas que trabalham nesse setor que, dado o registro que vai ficar, para sempre, aqui, dessa homenagem de 65 anos, é como se esta sessão começasse agora, porque cada um de nós sairá daqui com as informações, os registros e as batalhas para serem cumpridas, todas, no setor do turismo. Posso afirmar que, pelo conhecimento que tenho do novo Ministro Celso Sabino, que foi Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, que é um Deputado muito dinâmico, representa a Região Norte do país, o novo turismo do país, Pará, Tocantins, Goiás, todos esses lugares, eu tenho certeza de que fará uma grande gestão, e terá nosso apoio. Portanto, fica o nosso gabinete registrado como extensão do trabalho da Abrajjet. Tenho certeza de que há também dezenas de Senadores e Senadoras que ficam honrados em terem registrado este momento no dia de hoje.

Portanto, em nome do Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, agradeço, mais uma vez, à Mesa Diretora, ao corpo de funcionários do Senado e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Levanta-se a sessão às 10 horas e 43 minutos.)



Ata da 96ª Sessão, Não Deliberativa,
em 7 de agosto de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mecias de Jesus e Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 35 minutos e encerra-se às 15 horas e 48 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, a comunicações e a outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

Passamos à lista de oradores.

Com a palavra o eminente Senador do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

V. Exa. dispõe de até 20 minutos, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Presidente, eu queria, no dia de hoje, falar um pouco sobre o Orçamento da União e, por isso, me dediquei a fazer um balanço da forma como eu tenho usado as emendas parlamentares.

Os municípios brasileiros enfrentaram e continuam enfrentando desafios financeiros para atender as necessidades e demandas da população. As dificuldades são inúmeras e vão desde a infraestrutura à falta de recursos para investir em educação, saúde, segurança, enfim, em áreas essenciais para o bem-estar da população.

As emendas ao Orçamento da União são um farol, surgem como uma luz para dar um visual na vida real da população; são, como se diz, uma luz no fim do túnel. Essas emendas representam um importante instrumento para viabilizar projetos e ações que visam ao desenvolvimento local e à melhoria da qualidade de vida da nossa gente.

Ao assumir o primeiro mandato, eu conversava antes com V. Exa. – o primeiro mandato foi ainda na Assembleia Nacional Constituinte. Aqui no Senado, eu me elegi em 2002 e, com este mandato, é o terceiro –, uma das medidas que eu adotei e que deu certo foi a implementação de um critério que eu chamo republicano para distribuição de emendas ao Orçamento Geral da União. Decidimos, então, que todos os 497 municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul, seriam beneficiados de maneira democrática, justa e transparente.

Seguindo um sistema de rodízio, independentemente de partido político ou mesmo de matriz ideológica, optamos por contemplar a todos, observando as particularidades de cada localidade, aproximando assim a gestão pública das necessidades reais da população.

Desde então, até o ano – eu peguei o ponto porque virei Senador – de 2023, pegando como referência 2003, eu encaminhei para o meu estado, só aqui no Senado, R\$225 milhões em emendas, que foram destinadas a centro de saúde, hospitais, rede água, esgoto, máquinas agrícolas, estradas, escolas, quadra de esporte, casas, ambiente de atendimento aos idosos, projetos sociais, entre muitos outros. Por exemplo, para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, independente de quem seja o Governador, eu tenho mandado emenda de bancada, que V. Exa. conhece, 5 milhões todo ano.

Se o Governador é do PSDB ou é do PSB ou é do PT ou é do PP não importa: eu sempre remeto esses 5 milhões para a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a nossa Uergs. Ela foi contemplada, nesse período que estou no Senado, com R\$32 milhões, recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino de graduação, com o objetivo de fomentar a capacitação do corpo docente, modernizar a universidade e atender assim aos mais carentes, já que é uma universidade estadual.

A Uergs é um patrimônio do povo gaúcho e foi conquistada com muita luta e empenho de todos. Ela surge no Governo de Olívio Dutra, mas o autor do projeto na Assembleia foi de Beto Albuquerque, do PSB.

Essa instituição educacional é fundamental para o desenvolvimento regional do nosso estado. Ela tem 23 unidades universitárias, que possuem estrutura administrativa própria e são integradas em sete



campi regionais.

Em fevereiro de 2023, iniciamos o processo para próximo Orçamento de 2024, garantindo que os municípios atendidos de 2020 e de 2021 continuem todos sendo contemplados.

Seguindo o sistema de rodízio previamente estabelecido, estima-se que, nesse período agora, 200 municípios serão beneficiados.

Para a Uergs vamos manter os 5 milhões adicionais.

Temos um compromisso real com o desenvolvimento de nossa cidade, com o bem-estar de toda a população. Desde que implementamos essa abordagem, alguns Prefeitos e Vereadores a chamam de um processo revolucionário, porque nem sempre a palavra revolucionário significa arma, guerra, confronto; é revolução na forma de agir.

A maioria dos municípios do Rio Grande já receberam entre quatro e cinco emendas cada um – todos. Todos os 497.

É fundamental enfatizar que a ideologia político-partidária é legítima e que cada um faz a sua opção. Eu fiz por essa visão republicana – e o povo deve ter gostado, porque estou com três mandatos como Senador e quatro como Federal –, porque aqui não está em interesse aonde fiz menos votos ou mais votos. Como diziam outro dia: “Mas na minha cidade aqui tu fez mil votos; na cidade ao lado, tu fez duzentos, e tu mandou o mesmo valor?” É normal. É uma visão republicana. Quando eu mando emendas, não é pensando no voto, mas sim, no bem da população.

Por isso, Sr. Presidente, que eu repito: é fundamental enfatizar que a ideologia político-partidária e interesses pessoais não devem se sobrepor ao interesse do povo, da população, ao bem comum, ao bem-estar de todos.

Em 2023, por exemplo, priorizei 70 municípios gaúchos que abrigam comunidades quilombolas: R\$500 mil para cada município. Essas comunidades enfrentam problemas de pobreza, falta de água potável, energia elétrica, banheiros. Consequentemente, a infraestrutura é precária. Por isso fiz e continuarei fazendo.

É essencial que sejamos fraternos e solidários, deixando de lado o debate entre nós e eles e concentrando os nossos esforços em beneficiar aqueles que mais precisam.

Indicamos, sim, o valor de R\$500 mil a cada um dos municípios quilombolas, destinando-o às seguintes ações: apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local e integrado; Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional; projetos de apoio à infraestrutura produtiva; apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, voltado à implantação e à qualificação viária, fortalecendo as áreas do Ministério das Cidades; projeto de implantação e qualificação da infraestrutura viária e urbana, incluindo pavimentação, calçamento, sinalização viária e acessibilidade; estruturação de rede de serviço do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

Outro critério adotado nesse mesmo período, Presidente, foi o atendimento aos 50 municípios gaúchos mais pobres, os 50 municípios gaúchos com menor renda por habitante, de acordo com a pesquisa da FGV, Fundação Getúlio Vargas, denominada “Mapa da Riqueza”.

Eu mandei então essa quantia de R\$500 mil, entendendo que eu estava ajudando aqueles que estão com mais dificuldades até de alimentação.

Nossos critérios caminham em direção ao atendimento das necessidades mais urgentes do nosso povo. É um esforço contínuo para alcançar a tão sonhada igualdade.

Passados 20 anos, posso afirmar que o critério republicano tem sido bem-sucedido. Cada semente lançada ao solo nasce, cresce, frutifica e é compartilhada como pão. É o renascimento de sonhos. Quantas vezes fomos sonhados pela avó do coração, pelo grito de uma criança que não tinha o pão ou que não tinha



sequer água para tomar?

Assim, continuamos avançando, buscando sempre o bem-estar de toda a população.

Como nos ensinou o poeta do meu estado Mario Quintana, “somos todos anjos de uma asa só e precisamos nos abraçar para alçar voo”. Isso é do grande Mario Quintana.

Presidente, eu uso este sistema e explico aqui com o coração e a alma muito tranquilos.

Aí me perguntam: “Mas como é que, para o quilombola, lá no interior do estado, você vai dar R\$500 mil? E como é que vai ser usado?”. Isso vai ser usado via prefeitura. Não é Pix, não! Não tem Pix para essa entidade ou para aquela entidade, seja branco, seja negro, seja índio, seja sindicato, seja associação... Não! É tudo via Caixa Econômica Federal, fiscalizada pela Caixa Econômica Federal cada etapa em que é usada essa quantia correspondente às emendas, nessa visão de atender a todos.

Adotamos esse sistema. Nunca tive nenhum problema. Felizmente, os municípios têm usado de forma correta as emendas parlamentares que lá chegam.

É claro que é bom chegar a uma comunidade quilombola ou aonde estão os chamados colonos trabalhando e ver máquinas operando, de forma coletiva, atendendo a todos, fruto do trabalho não só meu, como também de outros Parlamentares. Como é bom chegar a uma cidade... E vou dar o exemplo da minha cidade, Canoas, que tem uma comunidade quilombola urbana. Daí o programa correspondente a esses R\$500 mil não se encaixava. Aí tive o prazer de conversar com o Prefeito Jairo Jorge, e o Prefeito disse: “Não tem problema nenhum. Eu vou pegar uma verba livre que eu tenho e vou aplicar, dentro da comunidade quilombola, onde eles mais precisam, porque é preciso rever” – parece-me – “todo o saneamento lá, e vou usar os mesmos R\$500 mil, então, numa outra área que a prefeitura entender também adequada, para atender outra parcela da população”. Com isso, todos ganham. Então, eu falo isso para alguns Prefeitos que ainda estão teimando em não dar para aqueles que mais precisam. Façam isso! Eu dei o exemplo, citei a fonte: Prefeito Jairo Jorge, de Canoas. Ele mandou a emenda para atender parte da cidade – por exemplo, pavimentação, que ele precisava – e, da verba livre, ele atendeu, então, os mesmos R\$500 mil. Fez uma compensação. E com isso todos ganharam.

E também explico algo, Presidente, porque muitos ficaram na dúvida: “Ah, agora o Paim não vai mandar mais o rodízio?”. Isso não tem nada a ver com o rodízio, porque, do ano passado para cá, com o fim do orçamento secreto, nós todos recebemos um volume de emendas, e cada um está aplicando, conforme entende melhor, para a sua região. E é isso que eu estou fazendo. Então, neste momento, atendi os 50 municípios mais pobres e mais 70 onde tinha os quilombolas, sem prejuízo algum do sistema de rodízio. É só transparência, como diz o outro. É simples! E é isso...

Senador Girão.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para apartear.) – Senador Paim, eu lhe agradeço e peço ao Presidente a oportunidade do aparte, porque eu quero cumprimentá-lo.

Inclusive, eu falei no seu nome no Ceará neste final de semana, exatamente mostrando o papel correto que se deve fazer, de forma isonômica, independentemente de ter Prefeito que coadune com as suas ideias ou não. O estado do senhor, a gente sabe, tem uma grande característica, inclusive, de direita, conservadora. Então, o senhor manda para todas as prefeituras...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todas.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E isso é digno de aplausos!

Eu procuro seguir também essa linha, desde o início do mandato.

Particularmente, acredito que emendas parlamentares não deveriam ser atribuições nossas. Nosso papel aqui é legislar e fiscalizar. Isso é o chamado desvio de função, que acaba propiciando um projeto de



poder de continuidade, de continuísmo, de eternização dos Parlamentares que têm mandato.

A forma como o senhor usa esses recursos, já que são legais e estão previstos, é uma forma admirável, porque o senhor não faz distinção entre Prefeitos que o apoiaram e que não o apoiaram. O povo não tem culpa! E eu tenho convicção: o senhor foi votado em todo o estado – em algumas regiões mais, em outros municípios menos –, a sua história de décadas de trabalho, tanto na Câmara como no Senado, é digna realmente de um político que tem uma visão humanista e que tem a ideia de que precisa fazer esse tipo de distribuição de forma justa, sem olhar a quem, mas cobrando transparência, como o senhor tem feito. Então, parabéns!

Quero deixar isso registrado e tenho procurado, lá no Ceará, fazer exatamente a mesma coisa. Recebo aqui, no gabinete, Prefeito de PT, de PL, Vereador, autoridades... Toda autoridade é constituída por Deus que o povo escolheu, e, então, a gente tem que respeitar e ajudar. Eu faço essa blindagem do uso eleitoral também. Em dia de inauguração, eu nem vou, nem vou! Eu faço questão de ir ou antes, para ver a obra, ou depois, para ver o funcionamento, porque como é que eu vou ganhar uma visibilidade, ganhar um uso político por algo cujo dinheiro não é meu? O dinheiro é deles.

Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Girão – estou dentro dos meus dois minutos. Eu tenho essa visão que V. Exa. aqui complementou. Se perguntarem para mim – olhem, eu estou falando aqui para todo o Brasil –: “Paim, você manda emendas para todos os municípios?”. Mando. “A quantas inaugurações de obras você foi?” A nenhuma. E não fui mesmo. Não é porque eu não gostei da obra... Eu só pergunto: “Como é que está?”. “Não, está indo tudo bem, tal, tal e tal.” Não fui a nenhuma, porque emenda parlamentar... Eu concordo com V. Exa. É por isso que eu defendo o orçamento participativo. Isso devia ser debatido nas regiões, passar pela Assembleia, e aí vem a demanda do Rio Grande – no meu caso –, tanto do Governo do estado como também de todos os 497 municípios. E aí a gente faz o debate de como é que vai ser a distribuição. Então, não vou a inauguração. Não é que eu não goste, é claro que eu gosto, o que eu mais gosto é estar no meio do povo, mas usar...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... emenda parlamentar para ganhar voto... Eu respeito quem assim o faz, mas eu acho que é um equívoco.

Eu me mantive nesses quase 40 anos – serão 40, porque eu estou eleito por mais três anos ainda depois deste – com esse critério, é pelas causas que nós defendemos, do idoso, da mulher, do índio, do negro, do branco, do agricultor, do colono... Eu venho de uma região onde a maioria da agricultura é de colonos, mesmo quilombolas não chegam, eu acho, a 3%, que trabalham também na área rural; mas eu procuro atender a todos, não pela cor da pele, nem se ele é africano, é polaco, é italiano, é alemão, é japonês... Não! É atender a todos. É um critério que deu certo – deu certo. Eu considero uma visão republicana.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a frase é *(Fora do microfone.)* esta: fazer o bem...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... sem olhar a quem. É porque a lei do retorno vem – a lei do retorno vem! Se você foi maquiavélico, se você usou de



má-fé, inclusive com o dinheiro público, na aplicação daquilo que é direito da população... É porque é o imposto deles que manda o dinheiro para cá. E nós temos que devolvê-lo para toda a população sem nenhum tipo de discriminação.

Obrigado, Presidente, mais uma vez, pela tolerância de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Paim, nós é que agradecemos, o Brasil agradece, o Senado Federal agradece pela aula que V. Exa. sempre traz de como partilhar um mandato com tanta altivez, como V. Exa. faz pelo seu querido Estado do Rio Grande do Sul.

Eu quero aproveitar, Sras. e Srs. Senadores, para registrar a presença aqui, em nossa mesa, Senador Paim, do Deputado Federal Gilberto Abramo, Presidente do Grupo Parlamentar, de amizade, da Câmara dos Deputados, Brasil/Israel, e da Deputada Federal Maria Rosas – para a minha alegria maior, ambos são Republicanos –, que estão acompanhando os Parlamentares de Israel que estão aqui conosco nos visitando.

Quero registrar a presença do Embaixador Daniel Zonshine, do Chefe da Delegação Moshe Saada, da Sra. Etty Hava, da Sra. Devora Biton e do Sr. Erez Malul. Sejam todos muito bem-vindos ao Senado Federal brasileiro, sintam-se em casa. O Brasil é muito orgulhoso, nós nos orgulhamos muito dessa relação de amizade que fortalece as nossas economias e os nossos laços culturais.

Muito obrigado, Deputado Gilberto Abramo, Deputada Maria Rosas, pela presença de vocês e por tão importante missão aqui em nosso país com os membros da comissão israelense que nos visita.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Presidente, só uma frase.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Paim, logicamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar a delegação de Israel e quero cumprimentar a frente parlamentar.

Digo a todos que já recebi dois convites para ir a Israel. Não fui, mas não foi por má vontade, é que foram momentos de difícil deslocamento para fora do país, mas irei a Israel ainda. Eu sei que o sistema que eles usam lá, inclusive, em relação a negros e não negros é um sistema que deve ser visto com carinho. Eu quero ir lá não só por isso, mas por toda a história desse povo.

Um abraço!

Sejam bem-vindos todos.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Quero dizer que, com muita alegria, eu faço parte desse grupo de amizade e já estou pedindo ao Deputado Gilberto que, o mais rápido possível, marque uma viagem, porque eu gostaria muito de visitar e conhecer de perto os nossos irmãos israelenses.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E vamos juntos, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vamos juntos.

Com a palavra, o Senador Eduardo Girão, o nosso competente representante do Estado do Ceará. V. Exa., Senador Girão, dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem!

Meu Presidente, Senador Mecias de Jesus, eu quero, antes de mais nada, lhe agradecer por o senhor



estar cumprindo esse rodízio importante para que a gente tenha sessões aqui todos os dias. O Parlamento é para falar! Eu sei que não é fácil o Parlamentar, no dia de segunda-feira, estar aqui, pois ele tem as obrigações na sua base, mas o senhor honra esta Casa dando a oportunidade para que a gente possa fazer o bom debate.

Eu queria saudar também as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, os funcionários desta Casa, os assessores, as brasileiras e os brasileiros que estão nos acompanhando neste momento pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, um trabalho competente da equipe lá.

E queria saudar esse grupo parlamentar de israelenses. Eu tive a oportunidade de ir, em 2011, a Tel Aviv, a Jerusalém e fiquei encantado com aquele país, com o povo. Uma tradição fantástica! Os passos de Jesus me emocionaram ali. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. O Brasil tem um histórico de amizade com Israel. Se depender da maioria dos Senadores, essa relação vai se fortificar cada vez mais. Contem comigo!

Sr. Presidente, o Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, considerado um dos melhores gestores do Brasil, foi, mais uma vez, vítima de notícia falsa, a famosa *fake news*. Eu fico me perguntando: é o quê? É medo? É inveja daqueles que só visam o poder pelo poder? Possivelmente, os números tão positivos do seu Governo estejam incomodando muita gente, como, por exemplo, o fato de ter gerado 740 mil novos empregos em Minas Gerais mesmo com a pandemia no meio. Olhem a eficiência, a excelência de gestão! Em uma longa entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo* neste final de semana, com 28 perguntas e várias páginas de texto, foi pinçada, destacada apenas a questão da formação do Consórcio Sul-Sudeste, reunindo sete Governadores dessas duas regiões do Brasil. Completamente fora do contexto, foi feita uma insinuação de que esse movimento seria contra o Nordeste, o meu Nordeste, o nosso Nordeste. Na resposta a essa pergunta, Zema respondeu, literalmente, que tal consórcio visa promover a integração entre os sete estados próximos geograficamente e aumentar o protagonismo político e econômico.

Olhe, meu querido amigo Senador Mecias, que está presidindo esta sessão, como nordestino – e converso muito com o Governador Zema, estamos no mesmo partido, e eu vejo o profundo respeito que ele tem pelo Nordeste, até porque Minas Gerais tem regiões que são como se a gente estivesse no Nordeste, por todas as características, inclusive a dificuldade grande que se tem com relação à seca e aos muitos desafios. O povo nordestino é um povo de superação, o de Minas também, especialmente naquela região.

Eu vejo o Nordeste e meus contrerrâneos de fibra como uma força motriz do Brasil. Sinto tal reação dos governistas à fala do líder mineiro com a desproporcionalidade típica de um vitimismo com fins eleitorais. Quer dizer que uma frente para fortalecer o Nordeste pode... O tal do Consórcio Nordeste, todo mundo viu; agora, uma frente para fortalecer outra região não pode? Vamos deixar de hipocrisia! Ora bolas, ser a favor de algo não significa ser contra ninguém – neurolinguística pura!

A fala de Romeu Zema foi clara como o sol e absolutamente respeitosa a todos, basta ler a matéria para constatar isso, basta ler a matéria, tanto que o *Estadão* percebeu o equívoco. Foi uma grita geral no país, a verdade se estabeleceu, e quem acabou saindo como vítima foi o Governador Zema. O *Estadão* mudou, retificou, reconheceu o erro e mudou a manchete que criou toda essa celeuma.

Olha, eu quero dizer que... Voltando a esse caso, eu digo que... Eu sou do Nordeste. Vejam o que aconteceu com o Consórcio Nordeste. Será que é uma inveja de querer destruir um projeto que não tem absolutamente nenhuma intenção de fortalecer, gerar economia de escala para outra região? Isso é saudável! Isso é saudável! Compartilhar experiências positivas faz parte.

Agora o Governador da Paraíba, João Azevêdo, que é o atual Presidente do Consórcio Nordeste, que reúne os nove Governadores da região, publicou uma dura crítica à reportagem dizendo que as intenções de Zema seriam separatistas. Depois de ler toda a entrevista, ressalto aqui o comentário feito por Eduardo Ribeiro, o líder servidor presidente do Partido Novo, em resposta às insinuações maldosas. Abro aspas:



“Se não leram a matéria, são conclusões irresponsáveis, mas, se leram a matéria, então são conclusões desonestas”.

Falando, Sr. Presidente, do Consórcio Nordeste, perguntamos se ele tem alguma moral para fazer qualquer crítica a qualquer pessoa, a qualquer político ou a qualquer outra frente: o Consórcio Nordeste tem moral para isso? Basta lembrar de um dos mais graves escândalos que teve vergonhosamente blindada sua investigação na CPI da Covid, da pandemia, em 2021, de que eu fui titular e participei de todas as sessões. Trata-se daquele famoso, que ficou conhecido como calote da maconha, protagonizado pelo Consórcio Nordeste, organização que tinha na época, olha a coincidência, como seu Presidente o Governador da Bahia, Rui Costa, que é hoje o Ministro da Casa Civil de um Governo que apresentou um rombo de R\$45 bilhões, com “b” de bola, “i” de índio, bilhões de reais, apenas no primeiro semestre. Nesse calote, foram desviados quase R\$49 milhões do povo brasileiro, de todos nós, dos impostos que nós pagamos, que deveriam servir para comprar 300 respiradores, que foram superfaturados, e nenhum foi entregue ao povo nordestino. Olha a moral desse Consórcio Nordeste.

Na verdade, aqui para nós, é um miniforo de São Paulo, o Consórcio Nordeste é um miniforo de São Paulo. Ele tem na sua, é contaminado completamente por ideologia e fisiologismo. Eu fui na sede do Consórcio Nordeste aqui, um escândalo a estrutura para nada desse consórcio, para nada. Aí é projeto de poder puro e simples, alinhamento ideológico que não traz nada para o nosso Nordeste, apenas para que se eternizem no poder certos coronéis, certas oligarquias que nós temos lá, à custa da pobreza de um povo raçudo, de um povo obstinado, trabalhador, que é o povo nordestino.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo que nós efetivamente temos uma... O que aconteceu nessa matéria é algo surreal, mas não é a primeira vez não. Está incomodando porque o Governador Romeu Zema tem o que mostrar de gestão e tem muito para mostrar, não apenas a questão dos 740 mil empregos de que eu falei, que foram gerados com a pandemia no meio, mas ele tem, ele não teve absolutamente nenhuma intenção, basta ler a matéria, de querer enfraquecer outra região do Brasil, o Nordeste, em detrimento do Sul e do Sudeste. Concluir, a partir disso, que ele propôs enfraquecer é fruto da imaginação dos ímpios, que estão incomodados porque os adversários ideológicos não suportam a gestão eficaz a partir de um político humilde que respeita o dinheiro do pagador de imposto, você, o dinheiro dos pagadores de impostos e entrega resultados a quem ele confiou.

Isso é muito importante porque ele pegou – aí é que está o grande detalhe, meu querido Senador Eduardo Gomes, de Tocantins, que agora assume a Presidência; Senador Mecias ao lado, que é de Roraima – um estado devastado. O Zema pegou um estado liquidado. Terra arrasada pelo PT. É aí que está o grande problema, porque eles estão vendo que o Zema tem o que mostrar.

Para concluir, Sr. Presidente. Só essa informação que eu acabei de passar do escândalo daqueles respiradores, que matou nordestinos. Perdemos vida por essa gestão fraudulenta, que ainda está sob investigação, mas que desviou aí quase R\$40 milhões através do Consórcio Nordeste. Só essa informação já é suficiente para perceber que podem existir bons consórcios de governadores, como também péssimos consórcios.

Não meçam pela régua daqueles que estão fazendo o que estão hoje com o Nordeste por interesses políticos apenas. Os estados do Nordeste têm enormes potenciais para o desenvolvimento de energias renováveis, como eólica, solar, etc. Hidrogênio verde está aí também como uma porta promissora, especialmente para o meu Ceará. Além da pesca e agricultura, tem também forte vocação turística em função do clima agradável e nossas belíssimas praias. Um Sertão fantástico, fazendas, produção do agro, tudo temos no Nordeste. E tudo isso sustentado por um povo digno, trabalhador e principalmente resistente a todo tipo de crise.

Mas, Sr. Presidente, é um povo que vem sofrendo. Eu tenho que dizer porque são meus conterrâneos.



Um povo que vem sofrendo há décadas pela sucessão de maus governos – maus governos! Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os estados do Nordeste vêm nos últimos anos se destacando negativamente com os piores índices de violência do mundo.

Mais grave ainda é o que foi apresentado no último relatório do Conselho Cidadão para a Segurança Pública, que anualmente apresenta os dados das 50 cidades mais violentas do planeta, que possuem mais de 2 milhões de municípios. Natal, onde é que fica Natal? No Nordeste. Foi a 28ª cidade mais violenta do mundo. E Fortaleza, a capital do Ceará, onde eu tive a honra, a benção de nascer, é a 31ª mais violenta do planeta. Uma verdadeira catástrofe sem precedentes, pela gestão, pela omissão do estado governado por essa turma do Consórcio Nordeste.

Mas não é dinheiro. Alguns podem chegar: “É dinheiro que está faltando”. Não é dinheiro, absolutamente, que falta para esses estados e eu vou dar dados. É capacidade de austeridade na gestão pública. Nunca se mandou tanto dinheiro do Governo central, do Governo do Brasil para os estados, especialmente para o Nordeste, durante a pandemia, e a gente viu. O calote da maconha é que o diga. A gestão, hospitais de campanha com escândalos por cima de escândalos lá na minha capital.

É necessário lembrar que, nos últimos oito anos do Governo, Camilo, esse que está lá no Ministério da Educação do PT, encerrado em 2022... No período de gestão dele – oito anos – sabem o que ele fez? Ele gastou mais de R\$1 bilhão, 1 bi – “b” de bola e “i” de índio – R\$1 bilhão do nosso dinheiro, do dinheiro sofrido, suado, do povo cearense só com propaganda e publicidade. Olha a inversão de valores, de prioridades.

Isso é uma vergonha, uma indecência.

Concluindo a questão do Governador Zema, o Governador mineiro e muito menos o Partido Novo jamais fizeram qualquer declaração crítica ao povo nordestino, muito menos separatista. Muito pelo contrário, há neste país continental espaço e condições ideais para o progresso de todos os 26 estados, sem que seja necessário nenhum tipo de concorrência.

Eu, particularmente, deixo bem claro a todos que sou contra todo e qualquer aceno a movimentos separatistas nesta nação, que agrega todas as raças e credos e que convive bem, muito bem, com todas as culturas.

Eu sempre gosto de falar: o Brasil é o maior país católico do mundo, o maior país espírita do mundo, a maior nação evangélica, quase chegando ao primeiro do mundo também. Todo mundo convive bem, religiões afrodescendentes, budistas – todo mundo convive bem, é uma nação só.

Defendo a integridade territorial do Brasil e rechaço qualquer ideia no sentido contrário. Acredito também na missão do Brasil, mundial, de que nós vamos estar no topo do mundo. Dentro de pouco tempo nós vamos ver isso, nossos filhos, nossos netos, mesmo diante deste Governo de devaneios, que destrói a nação com incoerências, com contradições, todos os dias, com extravagância do dinheiro público, mas ou a gente aprende pelo amor ou aprende pela dor.

Com esse aprendizado, o Brasil... Nós todos vamos aprender a votar melhor. Vamos aprender a votar melhor.

O brasileiro, a cada dia, gosta mais de política, já percebeu? Cobrando seus representantes. Eu sinto isso nas praças, nos mercados, nas feiras em que eu ando, o brasileiro acompanhando: “O senhor fez aquilo, o senhor fez isso”. Bacana. Sempre de forma ordeira, pacífica.

É bem-vinda a manifestação, aliás, está na hora de mais manifestações...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com tudo o que a gente está vendo, de abusos do Governo Federal e da usurpação do Supremo Tribunal Federal de



prerrogativas nossas – vilipendiando, humilhando, tentando humilhar esta Casa Revisora da República.

Mas o Brasil, Sr. Presidente, vai ser o coração do mundo, a pátria do evangelho.

Eu quero fazer um encerramento básico aqui de que o sucesso incomoda muita gente. Os nordestinos perceberam, Sr. Presidente, a intenção maldosa dos fomentadores da desunião e saíram em defesa do Zema. Eles não esperavam isso com essa *fake news* solta.

Se o senhor puder me dar mais um minuto, eu concluo.

Eles saíram, os nordestinos saíram em defesa do Zema. Basta você ver o que aconteceu nas redes desde ontem pela manhã até agora.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Governador, esse grande homem, simples, humilde, mas que traz resultados para a população, saiu mais forte dessa celeuma toda, pois o feitiço se virou contra o feiticeiro, especialmente sobre a hipocrisia reinante na classe política deste país.

A verdade sempre triunfa – sempre triunfa, porque Deus está no controle de tudo. Juntos, nós somos mais fortes.

E aí, eu vou fechar com uma frase de Bezerra de Menezes, um grande cearense, nordestino, mas que teve uma história de redenção no Brasil, na libertação dos escravos. Ele dizia: “Solidários, seremos união; separados uns dos outros, seremos ponto de vista; juntos, alcançaremos a realização de nossos propósitos”. Dr. Bezerra de Menezes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Mecias de Jesus, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Gomes.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Cumprimento o Senador Eduardo Girão pelo pronunciamento.

Passo, neste momento, a palavra ao nosso Líder Senador Mecias de Jesus, que fará seu pronunciamento na tarde de hoje.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discursar.) – Presidente, Senador, amigo Eduardo Gomes, do meu querido Estado do Tocantins, agradeço a V. Exa. Cumprimento os demais Senadores e Senadoras, os nossos visitantes na tarde de hoje.

Mas, Sr. Presidente, minhas palavras serão rápidas. Quero apenas deixar registrada, nos *Anais* desta Casa, a presença do Presidente Lula, sexta-feira passada, em Parintins, no Amazonas, onde simbolicamente ele anunciou o início das obras do Linhão de Tucuruí, uma obra aguardada por Roraima há mais de 20 anos.

Simbolicamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, porque a obra já estava em andamento antes desse ato. As torres já estão sendo construídas, centenas de trabalhadores já foram contratados em Roraima e Amazonas, e todos os entraves que impediam a construção do linhão foram retirados, graças a um trabalho gigantesco feito por nós e apoiado por este Congresso Nacional, e, claro, com o apoio imprescindível do Presidente Jair Bolsonaro.

Como todos nós sabemos, essa obra estava parada e inviabilizada por ações judiciais, pleitos do Ministério Público Federal e exigências não cumpridas para com os indígenas waimiris-atroaris. Isso mudou graças a uma emenda de minha autoria à lei 14.182, que tratava da privatização da Eletrobras. Incluímos, nessa lei, a autorização para que a obra pudesse ser iniciada de imediato. A partir de então, o corpo jurídico e administrativo do Governo, à época, foi a campo e tirou cada uma das amarras que



impediam a obra.

O principal e mais oneroso desses obstáculos foi o pagamento de uma compensação financeira de R\$90 milhões para os indígenas waimiris-atroaris. Essa indenização foi paga, e finalmente a obra pôde iniciar.

O Linhão de Tucuruí vai levar energia limpa e confiável para Roraima. E por tabela, vai resolver outro problema que há muito nos aflige, que é a qualidade da internet no nosso estado.

Isso será possível, Sr. Presidente, através de uma infovia com capacidade para levar internet segura e potente para Roraima, que vai ser estendida ao longo do Linhão de Tucuruí e, de modo subfluvial, através dos leitos dos rios da Amazônia. E, assim, estaremos matando dois coelhos com uma só paulada, como diz o ditado popular.

Essa informação veio em maio após audiência minha com o Ministro das Comunicações Juscelino Filho, pedindo a ele uma solução sobre a qualidade ruim de nossa internet.

Resta à atual bancada se manter unida e vigilante para não haver retrocessos, para não parar a obra e, finalmente, para os benefícios de energia e internet de qualidade chegarem a todos os roraimenses.

É minha fala na tarde de hoje, Sr. Presidente, para deixar claro que nós estamos sempre vigilantes e atentos no trabalho para desenvolver o Brasil e o nosso querido Estado de Roraima.

Meu agradecimento ao nosso sempre mestre professor Paulo Paim, que aqui me pede um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Senador Mecias de Jesus, eu quero cumprimentar V. Exa., porque eu falei de emendas individuais, e V. Exa. fala de investimento na infraestrutura, que é fundamental para todo o nosso povo. Para qualquer deslocamento que se tenha que fazer, é preciso que haja estradas qualificadas, boas, bem demarcadas e, por isso, eu quero elogiar V. Exa.

V. Exa. foi muito gentil comigo, Senador Mecias de Jesus, quando estava presidindo, como o é o Eduardo Gomes também, sempre muito gentil.

Então, meus cumprimentos.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sinto-me feliz e honrado com o aparte de V. Exa., Senador Paim, porque V. Exa. engrandece qualquer pronunciamento nesta Casa.

E V. Exa. merece, sim, a gentileza e os nossos préstimos a V. Exa. e ao seu Estado do Rio Grande do Sul, pela sua história de luta e garra.

Muito obrigado.

Obrigado, Presidente Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Mecias.

Pego a V. Exa. que assuma a Presidência dos trabalhos para que eu possa fazer um breve pronunciamento, não antes de lhe cumprimentar.

(O Sr. Eduardo Gomes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mecias de Jesus, suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Convido a usar a tribuna, como já disse, meu amigo pessoal, competente Senador pelo nosso querido Estado do Tocantins... Eu digo nosso querido Estado, porque sou também do Estado do Tocantins, ali do



nosso Bico do Papagaio, especialmente ali, da nossa Carrasco Bonito.

Eu quero até aproveitar e mandar um alô ali para todo o pessoal da Carrasco Bonito.

Eu sei que você tem muito compromisso com aquela região. V. Exa. fala muito sobre o seu trabalho e eu sei da sua dedicação por todo o Estado do Tocantins e, é claro, do seu carinho ali pela região do Bico do Papagaio.

Eu quero aproveitar e mandar um abraço ao meu amigo de infância José Marques. Um abraço a ele e a toda a família tocantinense.

V. Exa. tem a palavra por até 20 minutos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente Mecias de Jesus, homem do país que, do Bico do Papagaio, foi à sua querida Roraima fazer essa representação forte do Norte do nosso país, Senador Paulo Paim, Senadores da Casa da Nação, eu queria fazer um breve comentário, não por polêmica, mas principalmente por uma questão de justiça.

Não tenho amizade com o Governador Zema; temos um bom relacionamento institucional – fui Líder do Governo por três anos e três meses. Portanto, muito mais do que discutir a polêmica recente citada pelo nosso querido Senador Girão, eu apenas posso dar exemplos com a nossa caminhada.

Eu sou um nordestino que nasci em Sergipe. Fui para o Goiás encontrar com um cearense que criou o Estado do Tocantins, o nosso querido, saudoso e eterno Governador Siqueira Campos, que nos deixou há pouco tempo e, na semana passada, completaria 95 anos. Isso foi celebrado por tudo aquilo que representa o nosso estado e para o país. Não só V. Exa., que nos honra muito, Senador Mecias, mas também o Senador Confúcio, que nasceu no Estado do Tocantins, o nosso saudoso Senador José Maranhão, que conviveu muito no Estado do Tocantins, e aqueles que do Tocantins admiram Parlamentares, como é o caso do nosso querido Paulo Paim, que para mim é o político brasileiro que melhor interpretou a necessidade de sairmos do circuito político e termos uma conexão direta com a sociedade, respeitando toda a estrutura dos partidos e das suas lideranças.

Mas V. Exa. é um exemplo para mim naquilo que significa a política do dia a dia, direto com a sociedade, em pontos específicos e especiais, como é o que V. Exa. tem tratado durante esses anos. Tenho certeza de que, se fosse dada aqui na sua chegada há muitos anos aqui, na Câmara dos Deputados, uma lista de temas, ao chegar nessa fila só tinha o senhor. E aí o senhor permanece até hoje no Congresso Nacional e é um exemplo para nós pela sua dedicação.

Portanto, com relação a essa polêmica recente, eu me pergunto se não é o caso ainda da interpretação que nós temos, num Brasil que nós estamos vivendo e faz parte do tema que eu vou tratar agora, uma situação absolutamente confusa. Nós trabalhamos na penalização da *fake news*, que não é *fake news*, e somos penalizados pela notícia tradicional, que é *fake news*.

Então, pude ler, observar que quem aposta na divisão dos brasileiros vai apostar errado, de um lado ou de outro. A utilização política de uma política de desenvolvimento não é salutar; não é com relação ao Norte, ao Nordeste, à Zona Franca, ao Semiárido. Esse tipo de divisão é uma aposta ruim, porque o Brasil se visita muito e não há um brasileiro de uma região que não vença, que não faça parte do sucesso de outra.

Portanto, dou por encerrado, pelo que eu li, esse mal-entendido, que sempre é potencializado. E aí a gente vem discutir isso que me fez sair agora há pouco de um seminário, da proteção dos dados, mas da proteção das informações. As informações estão frágeis no Brasil há bastante tempo. Não há lado político para ter injustiça ou má interpretação. É uma questão de regulação.

Infelizmente, a imprensa, a informação, a notícia só será livre quando houver confiança na regulação. É impressionante como a gente tem visto a dinâmica do que sai hoje nas redes sociais, do que é a vida política na luta e quanto faz falta o jornalismo de opinião, reprimido, muitas vezes, justamente por essa



ressaca da interpretação. Muita gente que não podia parar de escrever está parando de escrever, porque não consegue mais escrever sem que as palavras sejam distorcidas.

Então, nós estamos presidindo a Comissão de Comunicação e Direito Digital, saímos, agora há pouco, de um grande evento que reuniu várias entidades do Fórum Empresarial da Lei Geral de Proteção de Dados. Esta Casa – e me orgulha muito quando o Senado consegue tramitar emenda à Constituição como origem da proposta –, fomos à Câmara dos Deputados, voltamos e conseguimos, aqui, nesta Casa, para nossa satisfação, ter a PEC 115 promulgada, que dá ao cidadão brasileiro o seu direito à proteção de dados.

Aliás, novas batalhas virão porque o brasileiro e o cidadão do mundo – mas especialmente o brasileiro – têm a proteção dos seus dados garantida por lei constitucional; ele só não tem a propriedade dos seus dados. A associação dos aposentados, os funcionários públicos, os sindicalistas, os políticos, todos nós, desde que nascemos até o dia em que Deus nos chama, temos agora, na Constituição, a proteção, mas o uso mercantil dos dados, de todos os dados ainda é dessas instituições que não aparecem diretamente, mas que fazem a manutenção, a manipulação de tudo que nós estamos vivendo.

Eu, Senador Paulo Paim, fico espantado quando o questionamento vem pela simplicidade. Talvez a frase que mais tenha me impactado nesses últimos cinco anos foi a frase solta ao vento – eu não sei realmente quem disse, mas é uma verdade –: “A nossa geração é a última geração no planeta Terra que conviveu sem redes sociais e sem internet”. A do meu filho de cinco anos já não vai ter essa oportunidade, porque já nasceu em meio às redes sociais e a todo esse mundo que nós vivemos hoje.

Portanto, a atenção é total nos temas que cercam a nossa vida hoje em dia. Estamos fazendo um investimento forte, com o apoio do Presidente Rodrigo Pacheco, com o apoio desta Casa, com o apoio do partido, de todos os Líderes, não só na Comissão de Comunicação e Direito Digital, que é um direito que será e já é presente na vida das pessoas, como um tema revolucionário, necessário e assustador, que é a inteligência artificial.

Eu só tomei coragem de lidar com esse tema, Senador Paulo Paim, porque entendo que, uns anos atrás e meses atrás, não havia discussão sobre regulação. A palavra era liberdade total, abertura total, e, de repente, isso tudo mudou. Hoje, há um consenso de que é preciso ter uma regulação democrática, cidadã, mas ela é necessária, porque estamos diante de uma arma de paz e de guerra, e é isso que nos move a tratar desse tema difícil.

Agora há pouco, no seminário – todos aqui me conhecem bastante e sabem que eu gosto muito, de vez em quando, de tentar explicar numa frase aquilo que penso – sobre inteligência artificial, eu disse o seguinte: eu prefiro não ter a menor ideia e aprender do que ter uma ideia menor. Então, o importante do Congresso Nacional... E eu também sempre disse que o Congresso Nacional avança muito quando aprova boa legislação, mas avança mais ainda e de maneira mais decisiva quando deixa de aprovar legislação ruim. Então, por isso que eu vejo que é um momento de muita paciência.

O PL 2.338, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, baseado no trabalho de diversas contribuições – mas, em especial, na contribuição da Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Villas Bôas Cueva –, relatado pela nossa Secretária Dra. Laura Schertel, que reuniu 18 juristas de todo o país, deu a ele um material suficiente para que, ouvindo outras partes, apresente esse projeto de lei, que terá, espero assim – essa é a minha reivindicação aqui da tribuna –, a sua Comissão Especial instalada ainda essa semana.

Portanto, veja que, daqui a alguns dias, não haverá assunto que a gente trate neste Congresso que não tenha a ver com base de informação, com rede de informação, com autenticidade ou manipulação. Isso é absolutamente novo na vida de todos nós.

Eu não tenho a menor dúvida de que, na próxima eleição, de 2024, nós vamos conviver com a necessidade premente da Justiça Eleitoral em todos os estados do Brasil, para ficar atenta com relação à



perda de mandato por manipulação de notícia, já que, hoje em dia, é possível colocar o Senador Mecias ou é possível colocar o Senador Paim defendendo qualquer tese com inteligência artificial, minutos antes da eleição. Isso, com certeza, precisa ser atendido de maneira prévia.

Nós precisamos parar de discutir – as pessoas que fazem parte hoje do ambiente eleitoral –, para discutir de verdade segurança no processo eleitoral, que vai começar a sofrer diretamente a manipulação na próxima eleição.

Se a gente não fizer nada, a cada próxima eleição, a dúvida será maior, o entendimento sobre a manipulação de dados será maior. Então, a gente precisa ficar atento para esse assunto.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Senador Eduardo Gomes, não tem como eu não fazer um aparte a V. Exa.

V. Exa. está dando quase que uma aula aqui, porque grande parte dos brasileiros não sabe o que é que está acontecendo, e V. Exa. está desvendando, tirando a venda dos olhos, e dizendo: o mundo mudou – e vai mudar ainda mais. Por isso a importância da regulamentação; por isso temos que ter o maior cuidado quando estamos trabalhando com inteligência artificial, que V. Exa. aqui descreveu muito bem.

Eu me lembro de que ouvi um especialista falando, outro dia, que a inteligência artificial também é tão perigosa, que eles vão botar você na televisão, falando com a sua voz, com o seu gesto, com os seus defeitos até de português – e não é o Paim mesmo, mas, por exemplo, é o Eduardo Gomes ou é o nosso querido Presidente.

Então, é preciso aprofundar. Tem que ter seminário, tem que ter debate para a gente avançar nessas questões que são fundamentais para a própria democracia.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Mecias é um especialista também, conhece o tema. Eu já o vi falando sobre essa questão, mas V. Exa. vem à tribuna...

Pena que o Plenário não está, digamos, mais povoado, eu diria – para não usar o termo de que somos tão poucos aqui hoje –, mas é uma segunda-feira e nós entendemos, não é?

O Senador Mecias é testemunha disto também: muitas vezes, nós não estamos às segundas e sextas aqui porque o pessoal está nas bases, e é legítimo isso.

Quero só cumprimentá-lo. E me permita, Senador Eduardo Gomes, que eu lembre aqui do nosso querido Siqueira. Ele foi Constituinte... Fomos Constituinte juntos, e ele vinha, de cadeira em cadeira, conversar com os Constituintes, pedindo apoio para o Estado de Tocantins ser efetivamente criado. E um dia, quando estava muito difícil, o filho dele comentou comigo – aquele que foi Senador também, que eu chamava de “Siqueirinha” – que ele simplesmente entrou em greve de fome no seu gabinete.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Greve de fome para aprovar aquilo que era um sonho e, hoje, é um grande estado, pujante, de uma gente ordeira, trabalhadora, comprometida com todo o Brasil.

Então, eu faço também essa pequena referência ao grande Siqueira, porque assim o conhecia.

É isso.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Honra-nos muito o seu aparte.

Senador Mecias, quando do falecimento do Governador Siqueira Campos, uma jornalista me perguntou: “Mas ele é seu primeiro suplente”? Eu disse: “Desculpe-me. Eu não posso responder a essa pergunta sem fazer uma observação”. Aí ela perguntou: “Qual observação”? “Ele talvez seja o único brasileiro, em



todos os tempos, que foi suplente de uma vaga que ele criou”, porque ele criou as três: a minha, a do Senador Irajá, a da Senadora Dorinha e as dos oito Deputados Federais.

Portanto, um homem diferenciado. Rendemos a ele a nossa homenagem.

Senador Paulo Paim, essa discussão sobre inteligência artificial, proteção de dados, toda essa discussão, portanto, merece a nossa atenção, mas a nossa observação, porque, com proteção de dados, foi cirúrgico. No meio de toda confusão, de toda tragédia da pandemia, nós conseguimos, todos nós aqui abrimos uma proposta de emenda à Constituição, fomos à Câmara, voltamos e aprovamos, e é um direito do cidadão, garantido na Constituição, a proteção dos seus dados.

Mas pela simplicidade. A gente precisa regular, mas ter atenção, porque, sobre inteligência artificial...

Só para se ter uma ideia, há mais ou menos 100 dias, os maiores *players*, os maiores investidores em tecnologia e inovação do mundo, Elon Musk, Zuckerberg, Bill Gates, a nata da ciência ligada a este tema saiu de uma reunião com uma decisão unânime: suspender os avanços até que se possa entender o que está sendo feito agora.

Então, vejam só que continua bíblico. E aí eu falo muito do Mecias, que tem essa capacidade, mas que o homem não pode brincar de Deus. Então, estamos todos aqui atentos.

Eu quero agradecer a todos os amigos do Fórum Empresarial de LGPD, que me deram essa oportunidade agora há pouco.

E encerro, Sr. Presidente, as minhas palavras falando sobre uma coisa muito importante para todos nós, tocaninenses, mas principalmente para o Brasil: nós instituímos, há 17 anos, uma grande parceria com a Universidade Federal do Tocantins, criando a Universidade da Maturidade, a UMA.

A UMA é um curso de extensão da Universidade Federal que completou 17 anos, pelo qual já passaram 6,5 mil idosos aproximadamente e que tem dado um exemplo de inserção social, valorização, autoestima, participação no convívio familiar com qualidade, e que, para o nosso orgulho, tem transformado e salvado vidas, e é um projeto autossustentável hoje, porque tem o reconhecimento absoluto da comunidade acadêmica, da sociedade e de todos que conhecem a UMA.

A UMA, coordenada pela Profa. Dra. Neila Osório e pelo Prof. Neto... Todos aqueles que trabalham diretamente com esse tema, a minha mãe, a D. Gilda, que sempre foi uma entusiasta...

A UMA está selecionada, Senador Paim, para concorrer esta semana – especialmente amanhã – ao prêmio Darcy Ribeiro de educação, como o maior projeto e o único... Eu sei que teremos outros. Alguém tem sempre que romper a barreira. Mas é o único projeto ligado à educação de idosos no país concorrendo a esse prêmio.

Portanto, de maneira absolutamente suprapartidária, peço apoio a V. Exa., aos que o senhor conhece na Câmara, que o respeitam, ao Senador Mecias, porque é um projeto do Norte do país, de uma universidade modesta, mas eficiente, e que ultrapassou todos os governos. Faz 17 anos que a UMA foi instalada.

Portanto, é uma questão absolutamente republicana, tranquila, serena, mas que precisa desse reconhecimento, porque, afinal de contas, sei de diversos programas para a terceira idade ligados à educação neste país, mas coube à UMA romper a barreira e entrar agora na discussão da escolha do prêmio. Por isso, fica aqui o nosso reconhecimento e o nosso pedido de apoio.

Já tivemos oportunidade aqui de receber, inclusive com V. Exa., Senador Paim, os alunos da UMA aqui no Senado.

Então, é uma experiência maravilhosa que a gente pretende ver referendada, já que a UMA está funcionando agora na Universidade do Mato Grosso do Sul.

O projeto UniSer, da Universidade de Brasília, da UnB, foi inspirado na UMA. Então, são várias



experiências pelo Brasil inteiro, vindas de um estado novo.

Então, a gente pede licença e apoio aos colegas e à sociedade brasileira.

E muito mais do que ganhar o prêmio. A gente vem a esta tribuna para fazer o reconhecimento do lema da UMA, que é o lema “É preciso saber viver”, da música conhecida do Roberto Carlos, nosso rei.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Então, fica aqui o nosso pedido e a nossa gratidão, pelo dia de hoje, por darmos essa notícia feliz de que um projeto singelo, simples, mas eficiente, chega à disputa de um prêmio nacional, com o nome querido de um grande Senador da República, que foi Darcy Ribeiro, um grande humanista.

Por isso, ficam aqui os nossos registros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) – Nós que agradecemos, Senador Eduardo Gomes. Cumprimento V. Exa.

Certamente, a UMA merece todo o nosso apoio e reconhecimento.

E também parablenizo V. Exa. pelo tema relevante que traz para discussão na tarde de hoje. É, sem dúvida nenhuma, relevante, e precisa de uma regulação, não sem antes ter um debate profundo e qualificado, para que possamos não incorrer em erros incorrigíveis no futuro.

Parabéns a V. Exa.

A Presidência informa às Sras. Senadoras e ao Srs. Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária para amanhã, terça-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 48 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Mensagens do Presidente da República



MENSAGEM Nº 385

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023.



Brasília, 2 de agosto de 2023.



MENSAGEM Nº 386

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023.



Brasília, 2 de agosto de 2023.



MENSAGEM Nº 388

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Confere ao Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional do Rocambole”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 14.646, de 2 de agosto de 2023.



Brasília, 2 de agosto de 2023.



Mensagens da Presidência da República

Nº 385, de 2023, na origem, que restitui autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei nº 1.372, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 14.643, de 2 de agosto de 2023.

Nº 386, de 2023, na origem, que restitui autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei nº 2.201, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 14.644, de 2 de agosto de 2023.

Nº 388, de 2023, na origem, que restitui autógrafo do texto aprovado do Projeto de Lei nº 2.209, de 2021, sancionado e convertido na Lei nº 14.646, de 2 de agosto de 2023.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 61, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4713, de 2020, da Senadora Mara Gabrilli, que Cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Produtos Acessíveis (Pro-Acessível) com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

02 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4.713, de 2020, da Senadora Mara Gabrilli, que *cria o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Produtos Acessíveis (Pro-Acessível) com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.713, de 2020, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. O PL se propõe a criar o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Produtos Acessíveis (Pro-Acessível), com o objetivo de estimular o desenvolvimento e a produção de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis.

Para alcançar tal propósito, o PL divide-se em 9 artigos. O art. 1º define seu objeto. Já o art. 2º define que as instituições financeiras oficiais federais criarão, dentre suas linhas de crédito, modalidade intitulada Pro-Acessível, exclusivamente voltada para o financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento de eletrodomésticos e eletroeletrônicos acessíveis, com taxa de juros reduzidas e prazos de carência e amortização diferenciados.

Em seguida, o art. 3º autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, nas operações do Pro-Acessível. Na sequência, os arts. 4º e 5º dispõem sobre a definição dos





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23199.45140-38

recursos destinados ao Pro-Acessível, de responsabilidade do Poder Executivo e do Conselho Monetário Nacional.

O art. 6º altera a definição de inovação tecnológica no § 1º do art. 17 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, acrescentando-lhe a ideia de ganhos de sustentabilidade e de acessibilidade. Já o art. 7º acrescenta novo princípio ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que trata das medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, as quais devem passar a observar a promoção do acesso, do desenvolvimento e da inovação em tecnologia assistiva.

O art. 8º ainda altera a definição de inovação, presente no inciso IV do art. 2º da mesma Lei nº 10.973, de 2004, também lhe acrescentando a ideia de efetivo ganho de sustentabilidade ou acessibilidade.

Por fim, o art. 9º do PL prevê vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificação, a autora da proposição observa que a acessibilidade é um mandamento constitucional, em razão de sua previsão no artigo 4 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Dessa forma, defende que o PL visa a permitir o desenvolvimento da acessibilidade e da sustentabilidade, na forma da Convenção, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proteção e integração social das





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23199.45140-38

peças com deficiência. É, portanto, plenamente regimental a apreciação, pela CDH, do PL nº 4.713, de 2020.

Não vislumbramos impedimentos nos planos constitucional, legal, jurídico ou legístico.

Nunca é demais lembrar que a pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimentos de longo prazo, os quais, em interação com outras barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. E é com vistas a promover a equidade social que o poder público tem de estar plenamente comprometido com a superação de tais barreiras, de modo a permitir a plena fruição dos benefícios e confortos, acessos e oportunidades que todos têm direito.

De fato, entre aquelas barreiras encontram-se, muitas vezes, eletrodomésticos e eletroeletrônicos pouco acessíveis e não adaptados aos deficientes, que se encontram assim duplamente limitados e excluídos socialmente. Portanto, o alcance e o mérito do PL nº 4.713, de 2020, não são nem um pouco insignificantes.

Conforme a Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada na Nota Técnica 01/2018, o Brasil, à época, continha 12.748.663 pessoas com deficiência – o equivalente a 6,7% de sua população. Certamente, um número impressionante.

Ademais, a promoção e o alcance da acessibilidade plena, por meio do uso irrestrito do desenho universal, não são caprichos ou devaneios de um grupo minoritário. São obrigações cívicas, éticas e legais ao qual o Estado brasileiro está vinculado e, por isso, objetivos a serem perseguidos por toda a sociedade, inclusive por meio do incentivo ao setor produtivo.

O que o PL em tela está a tratar, essencialmente, é de dar inclusão social e qualidade de vida à pessoa com deficiência. E o faz por meio do maior desenvolvimento de tecnologias assistivas, ou seja, todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23199.45140-38

habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão dessas pessoas. Trata-se do uso da tecnologia de ponta, fruto do desenvolvimento, da pesquisa e da inovação científica, de forma a criar acessibilidade. Exemplos são os sintetizadores de voz, como aquele usado pelo físico Stephen Hawking, próteses, talheres adaptados, rampas para cadeirantes, manoplas para uso do volante em automóveis, ou mesmo relógios com alto-falante. Outro exemplo, de caráter doméstico, é o uso de painéis em braile em eletrodomésticos.

E é justamente nesse sentido, voltado ao desenvolvimento e à inovação científica, que já se referia o art. 77 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que dispõe que *o poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social*.

Portanto, o PL em análise nada mais faz que dar vazão a esse comando legal. Afinal, cria linhas de crédito, define os critérios e limites para a sustentabilidade financeira de tal criação, e ainda amplia a definição legal de inovação tecnológica.

Pode-se observar, assim, que o PL se revela projeto bem concebido em todas suas vertentes, de forma a promover revolução conceitual na sociedade, permitindo a incorporação crescente de bens acessíveis em todos os lares.

Assim, o PL é meritório e atende à obrigação de respeito aos direitos humanos quando propõe a criação de linha de crédito voltada à pesquisa e ao desenvolvimento de bens domésticos acessíveis, favorecendo a integração plena à sociedade da pessoa com deficiência.

Dessa forma, só nos resta cumprimentar a autora do projeto e encaminhar entusiasmado voto por sua aprovação.



6



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23199.45140-38

III – VOTO

Em razão do exposto, apresentamos voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.713, de 2020.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença

CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTES
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
CARLOS VIANA PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO PRESENTE	4. NELSON TRAD
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTES
MAGNO MALTA PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTES
DR. HIRAN	1. LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4713/2020)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO.

02 de agosto de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 62, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1701, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

02 de agosto de 2023



2



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23436.31156-42

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.701, de 2021, do Senador Rogério Carvalho, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.*

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.701, de 2021, de autoria do Senador Rogério Carvalho. Trata-se de PL que intenciona alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito da empregada gestante à licença-gestante e ao salário-gestante durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal.

Para esse fim, o PL conta com 4 artigos. Em seu art. 1º, promove inserção do art. 392-D na CLT, além de breve alteração no atual art. 393. O novo art. 392-D dispõe que a empregada gestante que exerça ofício que não possa ser realizado em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho à distância tem direito, sem prejuízo do emprego e



3
2

SF/23436.31156-42

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

do salário, durante períodos de emergência em saúde pública de importância nacional reconhecida pelo Poder Executivo Federal, à licença-gestante, desde a confirmação da gravidez até o seu término, sem prejuízo do direito à licença-maternidade por 120 dias. Por sua vez, a alteração promovida no art. 393 adiciona a menção à referida licença prevista no novo art. 392-D como sendo período durante o qual a mulher terá direito ao salário integral.

Na sequência, o art. 2º promove alteração na alínea “a” do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 1991, que trata da Seguridade Social. Em sua redação proposta, define que o salário-gestante, assim como já ocorre com o salário-maternidade, integra o salário-de-contribuição.

Por sua vez, o art. 3º promove alteração na Lei nº 8.213, de 1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. Ele adiciona alínea “j” ao art. 18, dispondo que o salário-gestante é uma prestação do Regime Geral de Previdência Social. Ademais, altera o inciso VI do art. 26, prevendo que a concessão do salário-gestante, assim como já ocorre com o salário-maternidade, independe de carência. Por fim, altera o título da Subseção VII da Seção V do Capítulo II da Lei, além de criar novo art. 73-A, trazendo a definição e as condições de concessão do salário-gestante.

Em sua justificação, o autor da matéria considera que o PL visa a garantir a segurança tanto da gestante quanto da vida que ela carrega, nos casos em que a empregada não puder exercer suas atividades em regime de trabalho remoto.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre direitos da mulher. Mostra-se, portanto, plenamente regimental a análise do PL em tela pela CDH.



4

3



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23436.31156-42

Ademais, não identificamos qualquer óbice de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade.

A pandemia de covid-19, que ocasionou a declaração de emergência no território nacional, foi exemplo lapidar de como situações anômalas e imprevisíveis ocorrem, trazendo insegurança econômica e social para enorme quantidade de pessoas em nossa sofrida população.

Como foi amplamente noticiado durante a pandemia, a mulher encontrava-se em situação de particular fragilidade. Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, a pandemia de covid-19 teve um impacto desproporcional sobre as mulheres nas Américas, ameaçando seu desenvolvimento e seu bem-estar e contribuindo para o aumento da desigualdade de gênero na saúde. Por seu lado, a revista Galileu noticiou que a vida em isolamento afetou de maneira desigual as mulheres — minando postos de trabalho, fazendo muitas conviverem mais tempo com seus agressores e devastando sua saúde mental.

E é nessa esteira que relatamos o PL nº 1.701, de 2021. Trata-se de matéria que, de maneira preventiva, traz segurança laboral e econômica para o eventual cenário futuro de nova situação de emergência em saúde pública de importância nacional. Em tempos de incertezas climáticas e modificações graves no equilíbrio ecológico, é certo que novas situações de emergência em saúde pública advirão, cabendo-nos a tarefa de nos antecipar a seus efeitos e proteger, sobretudo, as parcelas mais frágeis de nossa população.

Nesse sentido, é absolutamente necessário que o poder público atue, desde já, por meio do Congresso Nacional, de forma a evitar que, na eventual nova ocorrência de repentina e avassaladora pandemia, a mulher brasileira seja novamente deixada em situação de fragilidade econômica, laboral e familiar. A proteção tem de começar agora!

Por tais motivos, encaminharei voto pela aprovação do alvissareiro PL nº 1.701, de 2021.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

5
4

SF/23436.31156-42

III – VOTO

Em razão dos argumentos apresentados, manifestamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.701, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
CARLOS VIANA PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO PRESENTE	4. NELSON TRAD
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
DR. HIRAN	1. LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1701/2021)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO.

02 de agosto de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 63, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 628, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a tomada do depoimento da mulher vitimada ou de suas testemunhas e informantes nas causas cíveis e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Ivete da Silveira

02 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23320.43495-52

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 628, de 2022, da Senadora Soraya Thronicke, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, para dispor sobre a tomada do depoimento da mulher vitimada ou de suas testemunhas e informantes nas causas cíveis e dá outras providências.

Relatora: Senadora **IVETE DA SILVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem a exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 628, de 2022, de autoria da Senadora Soraya Thronicke.

De acordo com o art. 1º, o projeto insere três novos artigos na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com o objetivo de garantir que, em causas cíveis, o depoimento da mulher vítima de violência doméstica e familiar ou de suas testemunhas seja informado pelos seguintes princípios: proteção da integridade física; não revitimização; adequação do espaço reservado ao depoimento; presença de profissional especializado, se possível; registro do depoimento. Além disso, determina que a parte ré não tenha acesso a informações sobre a residência da vítima e que o processo corra em segredo de justiça.

O art. 2º determina que a vigência da lei será imediata.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

Na justificação, a autora afirma que o escopo da proposição é evitar a vitimização secundária e assegurar atendimento humanizado a vítimas de violência doméstica e familiar, bem como a suas testemunhas, quando forem prestar depoimento em causas cíveis, protegendo-as contra possíveis agressões e ameaças no curso do processo.

Depois de analisada pela CDH, a matéria segue ao exame, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e IV do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH o exame de matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, o que torna pertinente a análise do projeto por este Colegiado.

A preocupação com um tratamento humanizado da vítima pelos órgãos do sistema de justiça, que preserve sua integridade física e psicológica, é recente. Inicia-se com a Lei nº 13.431, de 2017, voltada para a vítima criança ou adolescente, por meio de um procedimento especial para dar voz a essas vítimas. Por sua vez, a Lei nº 14.245, de 2021, conhecida como Lei Mariana Ferrer, se preocupa com a vítima de crimes contra a dignidade sexual, e veda que durante o julgamento haja manifestação sobre circunstâncias alheias aos fatos sob apuração e a utilização de linguagem ou material ofensivos à sua dignidade.

Outro exemplo é a Lei nº 11.340, de 2006 – Lei Maria da Penha (LMP), que se propõe a amparar de modo mais efetivo a mulher vítima de violência doméstica e familiar. A LMP prevê atendimento policial especializado para mulheres e de procedimento especial para a inquirição dessas vítimas, sempre com o objetivo de reduzir as chances de revitimização das mulheres agredidas.



4

3



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Ivete da Silveira

SF/23320.43495-52

Há, no entanto, uma lacuna no que respeita ao tratamento que a Justiça dispensa à vítima de violência doméstica e familiar quando esta é parte em causas cíveis. É fato que nosso sistema judicial é machista e sexista e profere decisões elaboradas com base em preconceitos e estigmas de gênero. Essa realidade provocou o Conselho Nacional de Justiça a publicar, em 2021, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, *criado com escopo de orientar a magistratura no julgamento de casos concretos, de modo que magistradas e magistrados julguem sob a lente de gênero, avançando na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade*.

Por esses motivos, consideramos que o projeto de lei sob análise é oportuno e necessário. Ao assegurar à mulher vítima de violência doméstica e familiar, bem como a suas testemunhas, a condução de procedimentos cíveis mais humanizados, a proposição decerto contribuirá para evitar a vitimização secundária dessas mulheres, bem como para acelerar uma mudança de cultura institucional no Poder Judiciário.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei (PL) nº 628, de 2022.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença**CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
CARLOS VIANA PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO PRESENTE	4. NELSON TRAD
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
DR. HIRAN	1. LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 628/2022)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO.

02 de agosto de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 64, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2021, do Senador Paulo Rocha, que Susta a Resolução nº 4, de 22 de janeiro de 2021, da Fundação Nacional do Índio – Funai - que define novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senadora Augusta Brito

02 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23032.98818-87

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2021, do Senador Paulo Rocha e outros, que *susta a Resolução nº 4, de 22 de janeiro de 2021, da Fundação Nacional do Índio – Funai - que define novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI.*

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 95, de 2021, de autoria do Senador Paulo Rocha e outros, pretende sustar a Resolução nº 4, de 22 de janeiro de 2021, da então ainda denominada Fundação Nacional do Índio (FUNAI), atualmente dos Povos Indígenas, que definia critérios de heteroidentificação no reconhecimento da identidade indígena.

A Resolução em questão impunha aos indígenas a necessidade de comprovar vínculo histórico e tradicional de ocupação ou habitação entre a etnia e algum ponto do território brasileiro, declaração da consciência íntima de ser indígena, ascendência pré-colombiana e identificação do indivíduo por grupo étnico culturalmente distinto da sociedade não-indígena, segundo critérios técnico-científicos. As políticas públicas que atendem os indígenas ficariam atreladas a esses requisitos.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23032.98818-87

Os autores justificam a proposição argumentando que transferir à Funai a prerrogativa de dizer quem é, ou não, indígena seria como voltar ao regime de tutela, extinto pela Constituição de 1988, e violaria o direito de consulta livre, prévia e informada previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, mencionam que a fundamentação apresentada pela Funai, no sentido de evitar fraudes na obtenção de benefícios, revela a intenção de negar a existência de quase metade dos indígenas brasileiros, que não vivem em terras homologadas.

O PDL nº 95, de 2021, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme disposto no inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matérias atinentes à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Logo após a publicação da Resolução nº 4, de 2021, a Associação Brasileira de Antropologia publicou nota na qual informava que a heteroidentificação não tinha respaldo na ciência antropológica contemporânea. Além disso, a identidade indígena é um direito fundamental, declarado e protegido na Constituição de 1988 e em convenções internacionais, como a citada Convenção nº 169, da OIT, que respeitam as culturas e as formas próprias de organização dos povos originários. O princípio da autodeterminação dita que indígena é aquele que se identifica como tal e é reconhecido pelo seu povo.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23032.98818-87

Substituir isso pela heteroidentificação é uma atitude que, nitidamente, extrapola o poder regulamentar. Mais do que isso, é reflexo da infame Tese da Defesa Mínima, que a Funai adotou para justificar a atitude de fazer o mínimo possível, quando não afrontava diretamente os legítimos interesses dos povos originários.

É realmente espantoso que a autarquia que deveria ser indigenista tenha se dedicado com tanto esmero à negação da identidade indígena em plena pandemia de covid-19, quando deveria redobrar esforços na proteção dos mais vulneráveis. A Comissão Parlamentar de Inquérito conduzida neste Senado Federal mostrou que os indígenas foram desproporcionalmente atingidos em quase todas as faixas etárias, inclusive entre as crianças, enquanto a Funai sequer reconhecia a existência daqueles que viviam fora das áreas homologadas, interditando, por exemplo, o direito destes à prioridade na vacinação. Enquanto o governo anterior estava preocupado com a suposta banalização da identidade indígena, a consciência humanitária se horrorizava com a banalização da morte.

A estranha atitude da Funai de então, que extrapolava seu poder enquanto desprezava seus deveres, não passou despercebida e não há de ficar impune. A negligência calculada com que o governo anterior tratou os indígenas levou ao ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709, perante o Supremo Tribunal Federal. No curso dessa ação, a Resolução nº 4, de 2021, foi suspensa pelo Relator, Ministro Luís Roberto Barroso, que apontou a inversão de valores na vinculação da identidade ao território. As terras são indígenas, mas os indígenas não são acessórios delas.

Em 4 de abril deste ano, a nova gestão da Funai, que tem à sua frente, pela primeira vez, uma mulher indígena, revogou a malsinada Resolução. Assim, o PDL nº 95, de 2021, perde seu objeto restando, portanto, prejudicado. Mas fica o testemunho do mérito dessa iniciativa, como alerta para



5



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23032.98818-87

o fato de que devemos continuar a repelir ataques como esse, enquanto nos empenhamos em reconstruir o indigenismo no Brasil.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, concluímos pela **prejudicialidade** do Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTES	
RANDOLFE RODRIGUES		1. SORAYA THRONICKE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
RENAN CALHEIROS		3. GIORDANO	
IVETE DA SILVEIRA	PRESENTE	4. WEVERTON	
CARLOS VIANA	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	6. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	7. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTES	
MARA GABRILLI	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
JUSSARA LIMA		3. VAGO	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	4. NELSON TRAD	
PAULO PAIM	PRESENTE	5. VAGO	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTES	
MAGNO MALTA	PRESENTE	1. VAGO	
ROMÁRIO		2. VAGO	
EDUARDO GIRÃO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTES	
DR. HIRAN		1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	2. CLEITINHO	

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 95/2021)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.

02 de agosto de 2023

Senador FLÁVIO ARNS

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e
Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 65, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 375, de 2023, do Senador Weverton, que Modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senadora Damare Alves

02 de agosto de 2023



2



SENADO FEDERAL

SF/23134.60084-34

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 375, de 2023, do Senador Weverton, que *modifica a Lei nº 14.457 de 21 de setembro de 2022 para a facilitação da inserção no mercado de trabalho, de mulheres acima de 50 (cinquenta) anos.*

Relatora: Senadora **DAMARES ALVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 375, de 2023, de autoria do Senador Weverton, que altera a Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, para facilitar a inserção de mulheres acima de 50 anos no mercado de trabalho.

Para tanto, o projeto inclui na lei mencionada um novo artigo 16-A, estabelecendo que as atividades dos serviços nacionais de aprendizagem deverão implementar programas e cursos, assim como incentivar iniciativas empresariais que visem ao aprimoramento profissional, à manutenção do emprego e à inserção no mercado de trabalho de mulheres com idade acima de 50 anos. Além disso, insere no art. 31 o inciso IV, estipulando que o Sistema Nacional de Emprego (SINE) implemente iniciativas com vistas à melhorar a empregabilidade de mulheres acima de 50 anos.



Em suas razões, o autor chama atenção para a disparidade de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres, que se traduz na preferência dos empregadores pelos primeiros. Além disso, afirma o autor, cerca de 60% dos empregadores afirmam que têm dificuldade em contratar pessoas com mais de 50 anos, e 91% acreditam que os profissionais nessa faixa etária têm dificuldade em ser contratados. Por tais razões, o projeto objetiva iniciar a criação de um conjunto de dispositivos legais que se propõem a reduzir essa lacuna díspar entre as oportunidades de trabalho entre homens e mulheres no Brasil.

A proposição será examinada por esta Comissão e seguirá para exame terminativo da Comissão de Assuntos Sociais.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, em seu inciso IV, determina à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que opine sobre matéria atinente aos direitos da mulher, o que faz regimental a presente análise.

O mérito do projeto é inquestionável.

Ainda hoje, nos deparamos com obstáculos que dificultam a inclusão produtiva das mulheres, alguns deles associados a mitos sobre maternidade e a estereótipos sobre que atividades elas podem ou não exercer.

Para as mulheres com mais de 50 anos, a realidade é ainda mais cruel. Além de sofrerem preconceitos simplesmente por serem mulheres, elas estão sujeitas ao etarismo, ou seja, a discriminação por motivo de idade.

Em contrapartida, a população brasileira está envelhecendo. Nossa pirâmide etária está em acentuado processo de inversão demográfica. O IBGE aponta que, entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7%.



O mercado de trabalho precisa se preparar para essa mudança. É necessário que ele se torne mais inclusivo.

Assegurar boas oportunidades para mulheres acima de 50 anos é uma consequência do princípio da igualdade. Além disso, apresenta-se compatível com o projeto de sociedade plural idealizado pela Constituição e propicia um ambiente organizacional mais rico, em que os trabalhadores compartilham diferentes experiências de vida e visões de mundo.

Nesse sentido, deve prosperar a iniciativa sob análise, que propõe políticas afirmativas destinadas a favorecer a empregabilidade de mulheres com mais de 50 anos, por meio de ações específicas promovidas pelos serviços nacionais de aprendizagem.

Por fim, para assegurar uma técnica legislativa que contemple integralmente o objetivo da matéria sem a necessidade de acrescentar novo artigo ao texto da lei, apresentamos uma emenda que altera diretamente o § 2º do artigo 16 da Lei nº 14.457, de 2022, para incluir como público prioritário as mulheres acima de 50 anos.

Como a citada Lei tem por finalidade estimular a sinergia dos serviços nacionais de aprendizagem com o Estado, no fomento e proteção às mulheres hipossuficientes vítimas de violência doméstica, cabe incluir, no mesmo dispositivo, a priorização das mulheres acima de 50 anos, por se tratar de uma mesma medida de aprimoramento profissional, manutenção do emprego e inserção de mulheres no mercado de trabalho.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 375, de 2023, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CDH

O art. 16 da Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 375/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 16

.....

§ 2º Para fins do disposto no *caput* deste artigo, serão priorizadas as mulheres hipossuficientes vítimas de violência doméstica e familiar com registro de ocorrência policial e mulheres com idade acima de 50 (cinquenta) anos.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
CARLOS VIANA PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO PRESENTE	4. NELSON TRAD
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
DR. HIRAN	1. LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 375/2023)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CDH.

02 de agosto de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 66, DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1836, de 2022, do Senador Jorge Kajuru, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a divulgação de informação relativa a mãe ou gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Izalci Lucas

RELATOR ADHOC: Senador Flávio Arns

02 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23812.18185-37

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, do Senador Jorge Kajuru, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a divulgação de informação relativa a mãe ou gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.836, de 2022, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Trata-se de PL que pretende alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) para dispor sobre a divulgação de informação relativa a mãe ou a gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção.

Para essa finalidade, o PL, em seu art. 1º, altera o art. 19-A do ECA, inserindo-lhe novo § 11, além de acrescentar novo art. 258-D àquele Estatuto.

No art. 19-A, que trata da possibilidade de entrega de filho para adoção, o proposto § 11 dispõe que o responsável pela divulgação, sem





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23812.18185-37

autorização devida, de informação relativa à mãe ou gestante, responderá civil, penal e administrativamente.

Já o proposto art. 258-D cria infração administrativa que prevê pena de multa de cinco mil a vinte mil reais para quem divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, informação relativa a mãe ou gestante que entregue ou manifeste interesse em entregar seu filho para adoção. O dispositivo, em seu § 1º, ainda define que a pena será aplicada em dobro se a conduta for praticada por profissional que teve ciência do fato em razão do exercício de sua função. E, em seu § 2º, define que, se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, a pena prevista poderá ser aumentada até o triplo, em virtude da situação econômica do agente, podendo ainda a autoridade judiciária determinar a indisponibilidade da informação indevidamente divulgada.

Por fim, em seu art. 2º, o PL prevê vigência imediata da lei de si resultante.

Em sua justificção, o autor da matéria relembra que o ECA assegura sigilo à gestante ou à mãe que entrega seu filho para adoção. Assim, por tratar-se de direito, não dá permissão de que aquela que o exerce possa ser submetida a escrutínio público por uma escolha que privativamente lhe compete. Considera, ainda, que episódio de violação ao sigilo, que vitimou uma atriz vítima de abuso sexual, evidencia que a regulamentação da matéria é insuficiente para resguardar o direito das mães e gestantes.

A matéria foi distribuída a esta CDH e, na sequência, seguirá para a análise terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre direitos da mulher e sobre proteção à infância.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23812.18185-37

Na proposição, não se observam óbices de constitucionalidade, de legalidade ou de juridicidade.

É plenamente meritório o PL em tela. Afinal, cuida ele de dar proteção à mãe biológica que decide por exercer direito legal pleno que é colocado ao seu dispor em favor do melhor interesse da criança ainda recém-nascida.

Não cabe ao Estado, e tampouco à sociedade, fazer juízo de valor sobre os motivos que dão causa à decisão da mulher de entregar seu filho à adoção. Só ela sabe as razões que a motivam e nada deve de justificativa a terceiros.

Nesse sentido, é inteiramente censurável que terceiros – quer pessoa física, quer pessoa no exercício de atividade profissional, quer, ainda, órgão de imprensa – divulguem irrestritamente informação que em nada interessa à sociedade, por se tratar de decisão personalíssima de foro estritamente íntimo e inteiramente escorada no art. 19-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito bem fez o autor da proposição, Senador Jorge Kajuru, em saber vislumbrar vácuo legal, que necessita ser preenchido, após tomar ciência de caso envolvendo personalidade pública que teve seu íntimo exercício de direito legal divulgado indevidamente ao público.

Dessa forma, é com muita satisfação que encaminharemos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022.

Contudo, no nosso sentir, faz-se necessária emenda modificativa no PL. Pensemos: por um lado, temos o direito à privacidade da mãe ou gestante que entrega ou manifesta interesse em entregar seu filho para adoção; por outro lado, temos os direitos que respaldam a atividade jornalística, como a liberdade de expressão, o direito à informação e a livre iniciativa.

Nesse sentido, a abrangência da expressão "informação relativa a mãe ou gestante", presente na redação original, impediria a realização de qualquer reportagem sobre mães e filhos no contexto da entrega para adoção.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23812.18185-37

Isso configuraria uma forma de "censura prévia", conceito que tem sido amplamente rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal em diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, como ocorreu na ADI 4815, que tratava da exigência de autorização prévia para a publicação de biografias.

É importante ressaltar que a verdadeira intenção do legislador com essa proposição não é a de censurar o jornalismo, mas, sim, a de preservar a identidade das mães que doam seus filhos.

Dessa forma, proporemos emendas que se prestem a substituir o uso da expressão "informação relativa a mãe ou gestante" por "informação que possa identificar mãe ou gestante".

III – VOTO

Em razão do exposto, apresentamos voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CDH

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, assim como no *caput* do 258-D da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, a expressão "informação relativa a mãe ou gestante" pela expressão "informação que possa identificar mãe ou gestante".

EMENDA Nº 2 - CDH

Substitua-se, no *caput* do 19-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 1.836, de 2022, a expressão "informação relativa à mãe ou gestante" pela expressão "informação que possa identificar mãe ou gestante".



6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23812.18185-37

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**CDH, 02/08/2023 às 12h - 51ª, Extraordinária**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	
TITULARES	SUPLENTE
RANDOLFE RODRIGUES	1. SORAYA THRONICKE
PROFESSORA DORINHA SEABRA PRESENTE	2. MARCIO BITTAR
RENAN CALHEIROS	3. GIORDANO
IVETE DA SILVEIRA PRESENTE	4. WEVERTON
CARLOS VIANA PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	6. VAGO
IZALCI LUCAS PRESENTE	7. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
MARA GABRILLI PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
ZENAIDE MAIA PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
JUSSARA LIMA	3. VAGO
AUGUSTA BRITO PRESENTE	4. NELSON TRAD
PAULO PAIM PRESENTE	5. VAGO
HUMBERTO COSTA PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	7. ANA PAULA LOBATO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
TITULARES	SUPLENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	1. VAGO
ROMÁRIO	2. VAGO
EDUARDO GIRÃO	3. VAGO

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
TITULARES	SUPLENTE
DR. HIRAN	1. LAÉRCIO OLIVEIRA PRESENTE
DAMARES ALVES PRESENTE	2. CLEITINHO

Não Membros Presentes

CHICO RODRIGUES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 1836/2022)

NA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, O PRESIDENTE DESIGNA O SENADOR FLÁVIO ARNS COMO RELATOR "AD HOC". NA SEQUÊNCIA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CDH.

02 de agosto de 2023

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2023

Susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

Avulso do PDL 213/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

SF/23337.74884-82

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023

Susta o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que *regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que *regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.*

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4077891999>

Avulso do PDL 213/2023 [2 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que objetiva sustar os efeitos do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que *regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – Sinarm.*

Tal decreto viola o princípio da segurança, insculpido no art. 144, *caput*, da Constituição Federal, que preconiza que a segurança pública é, não só dever do Estado, mas também direito e responsabilidade de todos.

O decreto em tela viola também o art. 217, *caput*, da Constituição Federal que preconiza que “é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]”.

Ao fazer tal limitação, o decreto do Executivo objetiva claramente tornar inviável a prática do tiro esportivo, tolhendo o direito social ao lazer insculpido no art. 6º da Carta Magna de 1988.

Desse modo, o decreto do Poder Executivo viola flagrantemente o texto constitucional, uma vez que extrapola o poder regulamentar do Presidente da República previsto no art. 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.

Inclusive, nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI nº 6119, ao analisar a constitucionalidade de trechos dos decretos da Presidência da República que flexibilizaram a compra e o porte de armas:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4077891999>

Avulso do PDL 213/2023 [3 de 5]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

“À mesma razão, o mesmo direito. A competência é do Poder Legislativo da União, cabendo somente à própria legislação federal excepcionar exigências legais. Noutras palavras, o critério da efetiva necessidade instaura um tipo de regulação primária que, ao estabelecer condicionantes formais e materiais, somente pode ser fixado em abstrato pela atividade legislativa do Congresso Nacional. A extensão com que elaborados os Decretos impugnados, ao flexibilizarem o exercício da fiscalização dos requisitos legais de necessidade, acaba se sobrepondo à competência legislativa em sentido estrito”

Dessa forma, um decreto não pode se sobrepor à lei, visto que dela retira seu fundamento de validade e, nesse sentido, o referido decreto extrapola o permissivo constitucional, pois limita sobremodo o livre exercício esportivo dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores – CACs, bem como o exercício profissional dos proprietários de Clubes de Tiros. □

Além disso, o Decreto ora combatido viola frontalmente os arts. 9º e 24 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, ao retirar atribuições legalmente estabelecidas ao Exército Brasileiro e ao Comando do Exército, caracterizando uma determinação exorbitante ao poder regulamentar conferido ao Poder Executivo.

Pelo exposto, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, propomos a sustação do Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, por violar frontalmente as competências conferidas ao Congresso Nacional para legislar sobre o assunto.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4077891999>

Avulso do PDL 213/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc5

- art84_cpt_inc4

- cpt

- Decreto nº 11.615, de 21 de Julho de 2023 - 11615/23

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2023;11615>

- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento; Lei de Armas;

Lei do Desarmamento; Lei do Porte de Armas (2003) - 10826/03

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>

- art9

- art24



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3756, DE 2023

Institui a Bolsa Permanência no âmbito da Educação Básica Pública, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola.

AUTORIA: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3756/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

PROJETO DE LEI Nº DE 2023

Institui a Bolsa Permanência no âmbito da Educação Básica Pública, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Educação Básica Pública, a Bolsa Permanência, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições de ensino públicas ou conveniadas com o Poder Público, em tempo parcial ou integral, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola e reduzir a evasão escolar, nos termos do regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

§ 1º Fica a União autorizada a pactuar, com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, eventuais contrapartidas para a implementação da Bolsa Permanência referida no caput deste artigo.

§ 2º A Bolsa Permanência poderá ter valores diferenciados por etapa, modalidade e jornada, nos termos do regulamento, conforme disponibilidade orçamentária, e deverá induzir a inclusão de crianças na Educação Infantil em creches e pré-escolas e de jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica na Educação de Jovens e Adultos, fomentando também a ampliação de matrículas em Tempo Integral.

§ 3º O regulamento referido no caput deste artigo será editado em até 6 (seis) meses contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição busca instituir, no âmbito da Educação Básica Pública, a Bolsa Permanência, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições de ensino públicas ou conveniadas com o Poder Público, em tempo parcial ou integral, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola, nos termos do regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.

A proposta guarda estreita relação com a Meta 06 do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

A ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito da Educação Básica reivindica uma política de permanência estudantil, a ser pactuada entre União, Estados, DF e Municípios, para que a ampliação da jornada escolar não implique na evasão de estudantes que necessitam complementar a renda familiar.

Entendemos, no entanto, que a Bolsa Permanência deve contemplar não apenas os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das novas matrículas em tempo integral, mas sim todos os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições de ensino públicas ou conveniadas com o Poder Público, do contrário teremos estudantes em situação de vulnerabilidade assistidos pela Bolsa Permanência e estudantes em situação de vulnerabilidade desassistidos.

A presente proposição se soma a outra proposição encaminhada por mim no início da legislatura, o Projeto de Lei nº 1312, de 2023, que dispõe sobre o Auxílio Emergencial Estudantil, destinado aos estudantes que necessitem de apoio para viabilizar as condições de mobilidade para o ingresso, as despesas básicas e a permanência inicial. O atendimento por meio do Auxílio Emergencial Estudantil destina-se a cobrir despesas urgentes relativas aos deslocamentos, alimentação, diárias de hospedagem, taxas, custeio de materiais e recursos educacionais, efetivação de matrículas





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **TERESA LEITÃO**

SF/23473.54757-06

e outros procedimentos e necessidades básicas inadiáveis do estudante ingressante em instituições federais de educação superior.

A educação não pode ser entendida como gasto, mas sim como investimento. Não podemos naturalizar um estado de coisas que atravanca o processo de desenvolvimento econômico, educacional, científico, tecnológico, cultural e social do nosso país.

Tendo em vista a relevância educacional da medida ora proposta, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senadora **TERESA LEITÃO**



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2023;1312](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;1312)

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;1312>

Avulso do PL 3756/2023 [5 de 5]





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3757, DE 2023

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.

AUTORIA: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3757/2023 [1 de 5]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora TERESA LEITÃO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que *estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações*, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.

Art. 2º O art. 14 da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 14.**

§ 5º O compartilhamento de infraestrutura para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas ocorrerá gratuitamente.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos quarenta e cinco dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a

Senado Federal - Ala Senador Ruy Carneiro - Gabinete 03
Brasília / DF – CEP: 70.165-900 - Telefone: (61) 3303-2423



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3081639700>

Avulso do PL 3757/2023 [2 de 5]

colaboração da sociedade”. Nesse contexto, a radiodifusão educativa, que não tem caráter comercial, é peça fundamental para permitir a todos os brasileiros o acesso a aulas, palestras e outros conteúdos educacionais.

Como previsto em lei, a construção e a ocupação de infraestrutura de suporte devem ser planejadas e executadas com vistas a permitir seu compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras e, o que se pretende, é beneficiar com atenção prioritária a radiodifusão educativa de instituições públicas.

Para destacarmos um breve histórico da radiodifusão educativa podemos nos valer de análise empreendida por Lopes (2011)¹:

Pode-se dizer que a radiodifusão educativa surgiu no Brasil antes mesmo do rádio. Parece estranho, mas o fato é que antes mesmo da instalação da primeira rádio, o médico e professor de Antropologia do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, já havia exposto o seu plano de criação de radioescolas municipais em todo o Brasil.

Mais do que simplesmente propor essa política, coube ao próprio Roquette-Pinto iniciá-la – e junto inaugurar a história do rádio no Brasil, a partir da sala de Física da Escola Politécnica do Rio. Em 20 de abril de 1923, ele fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, primeira emissora do País. A programação era composta exclusivamente por programas educativos, incluindo palestras científicas e literárias (LOPES, 2011).

Destaca-se que a possibilidade indicada pela presente proposição abrange justamente os programas educativo-culturais de instituições públicas, inclusive aqueles de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva que podem ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação.

Por oportuno, aprez-nos destacar o Projeto de Lei nº 2.905, de 2019, de autoria do então Senador Alvaro Dias, em razão de suas intenções próximas com a presente proposição, o que merece reconhecimento público.

¹ LOPES, C. Aguiar. Regulação da Radiodifusão Educativa. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em julho de 2023.



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leal

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3081639700>

Avulso do PL 3757/2023 [3 de 5]



3

Pretende-se, assim, reforçar as possibilidades de transmissão de programas educativo-culturais que, além de se viabilizarem em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, colaborem com o fortalecimento da educação básica e superior, da formação e, claro, com as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, tão importantes para um país com dimensões continentais e enormes desigualdades como o nosso.

A presente iniciativa, portanto, tem o objetivo de garantir que as emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas possam utilizar, de forma compartilhada, sem custos adicionais, infraestruturas de telecomunicações ociosas, de modo a maximizar sua cobertura, para o benefício da sociedade, dialogando com o interesse nacional e o objetivo precípua de levar informação, educação e cultura à população.

Sala das Sessões,

Senadora TERESA LEITÃO



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3081639700>

Avulso do PL 3757/2023 [4 de 5]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 13.116, de 20 de Abril de 2015 - Lei Geral das Antenas - 13116/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13116>
 - art14
- urn:lex:br:federal:lei:2019;2905
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;2905>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 690, DE 2023

Requer Sessão Temática para debater o tema da "descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal".

AUTORIA: Líder do Bloco Parlamentar Democracia Efraim Filho (UNIÃO/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 690/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater o tema da "descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal".

JUSTIFICAÇÃO

Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da ação que discute a possibilidade de descriminalização do porte de drogas para consumo próprio, faz-se necessário que o Congresso realize um debate mais aprofundado sobre o tema, considerando os muitos aspectos e os impactos que envolvem a questão da descriminalização ou não desse consumo.

Nesse sentido, é fundamental a realização de um debate que aborde a existência prévia de órgãos de assistência específica, as políticas públicas essenciais, a criação de programas de saúde pública, a análise dos impactos e dos reflexos na segurança pública, bem como a observância dos limites e competências constitucionais do Congresso Nacional sobre esse tema.

Assim, proponho a realização da Sessão Temática com a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro de Estado da Saúde, Nisia Trindade Lima, ou Representante do Ministério;



Assinado eletronicamente por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2840342499>

Avulso do RQS 690/2023 [2 de 3]



2. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, ou Representante do Ministério;

3. Dr. Luiz Roberto Beggiora, ex-Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos;

Sala das Sessões, de de .

Senador Efraim Filho
(UNIÃO - PB)



Assinado eletronicamente por Sen. Efraim Filho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2840342499>

Avulso do RQS 690/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 691, DE 2023

Requer a realização de Sessão de Debates Temáticos no dia 17/08/2023, a fim de debater a retomada da indústria no Brasil.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 691/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, no dia 17/08/2023, a fim de debater a retomada da indústria no Brasil.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
2. representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
3. representante da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial;
4. representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
5. representantes das centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores - CUT, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores - UGT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST, Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB, Intersindical e Pública - Central do Servidor)

JUSTIFICAÇÃO

É incontestável a importância do segmento industrial para o Brasil. Em 2022, o setor correspondeu a 23,29% do nosso PIB. Dados recentes demonstram que a Indústria responde por 69,3% das exportações brasileiras de bens e serviços e por



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8148519109>

Avulso do RQS 691/2023 [2 de 4]



66,4% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento. Além disso, 34,4% da arrecadação de tributos federais e 27,2% da arrecadação previdenciária provêm da indústria[1].

O setor industrial também é o que melhor remunera a mão de obra qualificada, com salários superiores à média nacional[2]. Isso é reflexo da elevada produtividade do segmento. É de se reconhecer que, apesar das dificuldades enfrentadas, trata-se do setor mais dinâmico da economia brasileira.

Infelizmente, nas décadas recentes, o Brasil se desindustrializou. O peso da indústria no PIB reduziu-se gradativamente desde a década de 1980 e o país perdeu espaço na produção mundial. Recentemente, o setor industrial sofreu fortemente com o impacto da pandemia de COVID-19.

Segmentos como a indústria de transformação, que cumprem papel impulsionador de vários outros ramos da economia em nosso país, têm sido severamente castigados ao longo dos anos. A preços correntes, sua participação na economia reduziu-se de 36% do PIB em 1985, para 11% do PIB em 2021[3].

Enquanto o mundo caminha rumo à quarta revolução industrial, valorizando a indústria 4.0, o Brasil age em sentido inverso: exportamos bens de baixo valor agregado e importamos bens de alto valor, os quais poderiam ser produzidos aqui, gerando emprego e renda em solo nacional. O futuro sinaliza que devemos desenvolver a automação industrial e a realizar a integração com ferramentas como a inteligência artificial, a robótica, a internet das coisas e a computação em nuvem.

A reindustrialização é vital para o crescimento sustentável de nossa economia. Precisamos abrir caminho para que o Brasil tenha uma indústria forte, diversificada, produtiva e competitiva.

É o momento de o Brasil aproveitar as oportunidades que estão sendo criadas pelas transformações em curso no mundo. Nossa indústria precisa focar em investimentos em processos de produção sustentáveis, desenvolvimento de novas



Assinado eletronicamente por Sen. Renánio Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8148519109>

Avulso do RQS 691/2023 [3 de 4]



fontes de energia, eficiência energética, bioeconomia e no crescente mercado de créditos de carbono.

Para tanto, é necessário que o poder público atue de modo a aprimorar o ambiente de negócios, proporcionando a expansão industrial, retirando os obstáculos que aumentam os custos de produção e mantendo a estabilidade do ambiente macroeconômico. Dessa forma, a Indústria poderá contribuir ainda mais para o crescimento do país.

O Congresso Nacional é o ambiente propício em que se pode estabelecer regulações setoriais de qualidade, segurança jurídica, simplificação burocrática e fomento à inovação e competitividade. Proposta como a regulamentação do mercado de créditos de carbono (PL 2229/2023) e a Reforma Tributária (PEC 45/2019) podem contribuir para a retomada industrial, gerando emprego e renda.

Considerando o relevo da matéria, proponho a realização de Sessão de Debates Temáticos, com fundamento no art. 154, IV, e § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de que esta Casa contribua com oportuno e valioso debate público sobre a retomada da indústria brasileira.

[1] Conforme disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria/>

[2] Conforme disponível em: <https://www1.sfipec.org.br/sites/numa/?st=noticia&id=119948>

[3] Conforme disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao>

Sala das Sessões, 5 de julho de 2023.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8148519109>

Avulso do RQS 691/2023 [4 de 4]



Término de Prazo



Encerrou-se em 4 de agosto o prazo para interposição de recurso para continuação da tramitação do Projeto de Lei nº 6.572, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

Rejeitada, a matéria vai ao Arquivo, nos termos do art. 254, do Regimento Interno.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31 MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3 PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP

Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)	Giordano* (MDB-SP)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Irajá* (PSD-TO)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Izalci Lucas* (PSDB-DF)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PDT-CE)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Seif** (PL-SC)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Romário** (PL-RJ)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Farias** (MDB-AL)	Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styverson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (51)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (49)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (50)</p> <p>Líder do PL - 11 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41) Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
6. Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
7. Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
51. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023
Instalação: 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:
1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).

10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpions@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. VAGO ^(4,15)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
(18)	10. (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,17)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,15)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. VAGO ^(2,8,12,16)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BDPP).
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG).
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM).
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
⁽¹⁷⁾	5. ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
VAGO ^(2,5,15)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).

14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLRESDEM).

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLRESDEM).

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)	5. VAGO ^(3,14)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,15)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).

15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,11)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,12)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ^(4,13)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).
8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).
9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).
10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).
11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).
12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).
14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).

15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁰⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,13)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,13)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ^(4,13)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).
3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).
4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).
7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLI/BLALIAN).
10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).
11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).
13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLI/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).

16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: ccdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁵⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13)	3. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldles**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).

12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).

13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).

6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).

9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).

10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).

11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).

12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).
- Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).
- Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLIID/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).
- Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).
- Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).
- Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA
Atualização: 30/03/2023	



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG



Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

